



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV - Nº 079

QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI
Nº 42, DE 1990 (CN)

MENSAGEM Nº 220,
DE 1990-CN

(Nº 784/90, na origem)

EMENDAS

* COMISSAO MISTA DE ORCAMENTO 19-11-1990 PAG. 1 *
* INDICE EMENDAS PLN - 42/90 PLN - 42/90 *

PARLAMENTAR

EMENDA

AFONSO CAMARGO	011
ANTONIO Z MAYA	001 A 003
JOSE DUTRA	009, 010
LUCIO A	030 A 034
MARIA DE LOURDES ABADIA	004
NILSON ON	035
PAES LANDIM	005, 006
PAULO	007, 008
ROSE DE FREITAS	012 A 029

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2 200-exemplares

INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	FOLHA
			42/90 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA UF TO PARTIDO PDC

TEXTUAL/JUSTIFICAÇÃO
Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 42/90 - CN em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, fazendo uso da fonte 15.008.0021.1184.0027 - construção do Edifício Sede da Superintendência Regional - AC, o subprojeto:

- Construção da Agência de Porto Nacional - TO
Valor: Cr\$ 25.928.000,00 (vinte e cinco milhões novecentos e vinte e oito mil cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Porto Nacional é uma das cidades - polo do Estado do Tocantins, com mais de 50.000 habitantes recebendo grande fluxo migratório e que vem servindo de apoio logístico à implantação de Palmas - nova capital do Estado. A implantação dessa Agência visa proporcionar condições adequadas de trabalho e de atendimento aos usuários.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	FOLHA
			42/90-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA UF TO PARTIDO PDC

TEXTUAL/JUSTIFICAÇÃO
Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 42/90 - CN em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, fazendo uso da fonte 15.008.0021.1184.0048 - construção da Agência de Marebá-PA, o subprojeto:

- Construção da Agência de Dianópolis-TO
Valor: Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

Dianópolis é uma das cidades - polo do Sudeste Tocantinense, com mais de 10.000 habitantes recebendo sensível fluxo migratório.

A implantação dessa Agência visa proporcionar condições adequadas de trabalho e de atendimento aos usuários.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	FOLHA
			42/90 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA UF TO PARTIDO PDC

TEXTUAL/JUSTIFICAÇÃO
Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 42/90 - CN em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, fazendo uso da fonte 15.008.0021.1184.0051 - construção de posto de Arrecadação de Renda - PA, o subprojeto:

- Construção da Agência de Arraias - TO
Valor: Cr\$ 20.800.000,00 (vinte milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

Arraias é uma das cidades - polo do Sudeste Tocantinense, com mais de 10.000 habitantes, recebendo sensível fluxo migratório. A implantação dessa Agência visa proporcionar condições adequadas de trabalho e de atendimento aos usuários.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	FOLHA
			42/1990 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADA MARIA DE LOURDES ABADIA UF DF PARTIDO PSDB

TEXTUAL/JUSTIFICAÇÃO
Inclua-se, com recursos oriundos da Lei nº 7.999 de 31 de janeiro de 1990, no Projeto Código 15.002.0492.1003.0045 - construção do Centro de Reabilitação Profissional - Campo Grande/MS (Seguridade, o valor de Cr\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros).

Retira-se do Projeto nº 15.008.0021.1184.0069 - construção da Unidade de Fiscalização de Ipiranga/SP (Seguridade, o valor de Cr\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros).

JUSTIFICATIVA

Trata-se de final de obra do Centro de Reabilitação Profissional Campo Grande/MS, que vai atender a toda uma comunidade em 1991. Enquanto que a obra da Unidade de Fiscalização de Ipiranga/SP está paralizada por motivos administrativos impedindo desta forma a conclusão da obra no presente exercício.

EMENDA

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	1598	42/90	01 DE 01

Deputado Paes Landim

Destaque-se do Subprojeto 15.082.0492.1162.0044 - Reforma do Centro de Recuperação Profissional de Juiz de Fora - MG, constante do anexo II, do Projeto de Lei nº 42/90-CN, a importância de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para atender o seguinte subprojeto:

- Reforma do Posto de Benefício de Picos - PI

Justificação

O Posto de Benefício de Picos - PI, encontra-se em grave estado de deterioração, razão pela qual urge a necessidade de se fazer uma reforma para garantir as condições mínimas de funcionamento.

EMENDA

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	1598	42/90-CN	1 DE 1

Deputado Paes Landim

Inclua-se no programa de trabalho do Instituto Nacional de Seguro Social, constante do anexo II, do Projeto de Lei nº 42/90 - CN, a importância de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para o seguinte subprojeto:

- Construção do Posto de Benefícios de São João do Piauí

Fonte de Recursos:

15.082.0492.1003.0427 - Construção do Posto de Benefícios de São João Evangelista - MG;
Valor Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros);

15.008.0021.1184.0047 - Construção do Posto de Assistência Modular, Integrado de Toledo - PR;
Valor Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros);

JUSTIFICAÇÃO

Cidade com mais de 50 mil habitantes. Lamentável que cidade desse porte e grande importância no Estado, não disponha ainda de Posto de Benefícios.

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	1598	42/90	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
PAULO MOURÃO	TO	PDC

Destaque do Sub-Projeto 15.008.0021.1184.0041, do Instituto Nacional do Seguro Social, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, para suplementar o Sub-Projeto 15.008.0021.1184.0042, do mesmo Ministério, o valor de Cr\$13.000,00 (treze milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

O estado de Goiás, está sendo contemplado somente neste Projeto de Lei com a construção de quatro agências, além de verba para a reforma de outros. O recurso solicitado, caso seja destinado para o Gurupi, apenas irá equiparar os valores destinados a construção das agências de Gurupi (TO) de Catalão (GO).

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	1598	42/90	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
PAULO MOURÃO	TO	PDC

Destaque-se do sub-projeto Nº 15.008.0021.1184.0038 57.000 - Ministério do Trabalho e da Previdência Social 57.202 - Instituto Nacional do Seguro Social, o valor de Cr\$ 15.064.000,00 (quinze milhões, sessenta e quatro mil cruzeiros), para a construção da agência de previdência social em Porto Nacional - TO.

JUSTIFICAÇÃO

O estado de Tocantins, em fase de implantação, vem enfrentando uma série de dificuldades para implantar e manter os órgãos necessários para o seu funcionamento, tal unidade com de grande utilidade para o estado do Tocantins, pois o mesmo conta apenas com uma representação no município de Gurupi, e com a implantação eminente da capital, a 40km de Porto Nacional, o desenvolvimento deste município é enorme, e o mesmo não pode mais ficar na dependência de Gurupi, que está a 120km de distância, e que também não possui ainda sua agência, somente unidade de representação.

O estado de Goiás, já está sendo contemplado com agências em Uruçu, Jataí, Catalão, além de recursos para reforma e ampliação de outras agências.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COR. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 42/90 - GN		01 DE 02	

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ DUTRA		AM	PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclui-se no Programa de Trabalho do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (57.202), a importância de CR\$ 51.669.000,00 (cinquenta e um milhões, seiscentos e sessenta e nove mil cruzeiros), destinada ao sub-Projeto 15.082.0492.1003.0030 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL COM AQUISIÇÃO DE TERRENO-AM.

Como fonte de cancelamento, sugiro que sejam suprimidos os valores dos seguintes sub-projetos:

- 15.082.0492.1003.0407 - Construção do Posto de Benefícios da Cidade Nova - AM	CR\$ 18.286.000,00
- 15.082.0492.1003.0408 - Construção do Posto de Benefícios de São José Operários - AM	CR\$ 33.383.000,00
Total.....	CR\$ 51.669.000,00

JUSTIFICATIVA

A construção do CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL do INSS no Amazonas, embora com valor insignificante (CR\$ 3.417.000,00), foi inserido no orçamento do corrente ano, sob nº 15.082.492.1003.0030.

A necessidade dessa construção, em Manaus, é inquestionável, especialmente em razão da existência, ali, do Parque Industrial da Zona Franca de Manaus, que emprega cerca de 100.000 operários e que, como consequência disso, surge um número considerável de acidentes de trabalho que os violentam fisicamente.

Sendo assim, o INSS tem o dever de procurar buscar a reabilitação desses operários e devolver-lhes ao seu trabalho, como já vem acontecendo em vários Estados da Federação. E isso só será possível, com os resultados desejados, através da Construção do Centro de que se trata.

No que concerne às fontes de cancelamento sugeridas, para respaldar a presente proposta, isto é, Construção dos Postos de Benefícios da Cidade Nova (parte) e São José Operários - AM, não resultarão em nenhum prejuízo para o INSS, posto que, no PL-30/90-CN, já foram alocados recursos para conclusão dessas obras.

Assim, a presente emenda, não experimentando nenhum obstáculo de ordem técnica, merece ser aprovada.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COR. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 42/90 - CN		01 DE 02	

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ DUTRA		AM	PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclui-se no Programa de Trabalho do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (57.202), a importância de CR\$ 81.863.000,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e sessenta e três mil cruzeiros), destinada ao sub-Projeto 15.082.0492.1003.0079 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-AM.

Como fonte de cancelamento, sugiro que sejam suprimidos os valores dos seguintes sub-Projetos:

- 15.082.0492.1003.0405 - Construção do Posto de Benefícios de São Jorge-AM	CR\$ 33.383.000,00
---	--------------------

- 15.082.0492.1003.0406 - Construção de Posto de benefícios de Cachoeirinha - AM	CR\$ 33.383.000,00
- 15.082.0492.1003.0407 - Construção de Posto de Benefícios de Cidade Nova- AM	CR\$ 15.097.000,00
Total.....	CR\$ 81.863.000,00

JUSTIFICATIVA

O Edifício-Sede da Superintendência do INSS no Amazonas, consistente no imóvel que serviria de Sede ao antigo INPS, que está em fase de conclusão e com previsão de término nos seis meses próximos.

A necessidade de sua construção foi determinada pelas condições de verdadeira indigência em que trabalhavam e continuam trabalhando os servidores do ex-INPS, inclusive com perigo de vida, em razão das condições evidentes que encarnam o prédio onde desempenham as suas atividades diárias.

Não bastasse isso, o pequeno espaço físico da atual sede não suporta o grande número de segurados que ali buscam os seus direitos e, com a forte temperatura que sistematicamente se abate sobre Manaus, a permanência deles, ali, resulta insustentável.

Situadas essas colocações, que demonstram, com clareza meridiana, a absoluta necessidade de conclusão desse imóvel, impõe-se-me o dever de esclarecer que as fontes de cancelamento sugeridas, isto é, Construção dos Postos de Benefícios de São Jorge, Cachoeirinha e Cidade Nova (parte) - AM, não resultarão em nenhum prejuízo para o INSS, posto que, no PL-30/90 - CN, já foram alocados recursos para conclusão dessas obras. Sendo assim, a presente emenda, não experimentando nenhum obstáculo de ordem técnica, merece ser aprovada.

EMENDA

INSTRUÇÕES NO VERSO		COR. PARLAMENTAR		PÁGINA	
220/90				01 DE 01	

SENADOR AFONSO CAMARGO

UF	PARTIDO
PR	PTB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

57202

CREDITE:

MINISTERIO DO TRABALHO E DA PREVIDENCIA SOCIAL - Código 57202

Subprojeto: Construção do Posto de Assistência Modular Integrada de Ponta Grossa - PR.
Valor do Crédito: 52.000.000,00 (Cinquenta e dois milhões de cruzeiros)
Natureza da despesa: Investimento
Ordem de Despesa: 4.5.40.51

JUSTIFICATIVA

Pela carência da infra-estrutura do setor no Município que conta com aproximadamente 350.000 habitantes e é polo micro-regional da Região dos Campos Gerais do Paraná. Este investimento vai melhorar o nível de atendimento aos segurados da Previdência, que num mesmo local poderão receber a assistência integrada dos seus órgãos.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COR. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
				PL 42/90 - CN		01 DE 02	

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ DUTRA		AM	PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Inclui-se no Programa de Trabalho do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (57.202), a importância de CR\$ 81.863.000,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e sessenta e três mil cruzeiros), destinada ao sub-Projeto 15.082.0492.1003.0079 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-AM.

Como fonte de cancelamento, sugiro que sejam suprimidos os valores dos seguintes sub-Projetos:

- 15.082.0492.1003.0405 - Construção do Posto de Benefícios de São Jorge-AM	CR\$ 33.383.000,00
---	--------------------

EMENDA

INSTRUÇÕES NO VERSO		COR. PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
1301				PL Nº 42 de 1990-CN		01 DE 01	

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF	PARTIDO
ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTANCIA DE CR\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ARRECPOAÇÃO DA PREVIDENCIA NO MUNICIPIO DE PIUMA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.008.0021.0005.0001- PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
15.082.0492.3005.0001- PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PIONA/ES, PREENDE-SE NÃO SÓ AS DIFICULDADES QUE ISSO ACARRETA A POPULAÇÃO, FORÇANDO-A A DESLOCAMENTOS CAUSATIVOS ATÉ AS CIDADES VIZINHAS, COMO TAMBÉM TRAZ SÉRIOS PROBLEMAS COM ACÚMULO DE TRABALHO E SOBRECARGA DOS PRÓPRIOS SERVIDORES DOS POSTOS DE ARRECADAÇÃO VIZINHOS, QUE SE VÊEM OBRIGADOS A ADMINISTRAR ATÉ MESMO FILAS FORMADAS PELOS USUÁRIOS DAQUELES POSTOS E DOS DEMAIS MUNICÍPIOS ONDE ESTES NÃO EXISTEM.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GUAÇUI/ES, PREENDE-SE NÃO SÓ AS DIFICULDADES QUE ISSO ACARRETA A POPULAÇÃO, FORÇANDO-A A DESLOCAMENTOS CAUSATIVOS ATÉ AS CIDADES VIZINHAS, COMO TAMBÉM TRAZ SÉRIOS PROBLEMAS COM ACÚMULO DE TRABALHO E SOBRECARGA DOS PRÓPRIOS SERVIDORES DOS POSTOS DE ARRECADAÇÃO VIZINHOS, QUE SE VÊEM OBRIGADOS A ADMINISTRAR ATÉ MESMO FILAS FORMADAS PELOS USUÁRIOS DAQUELES POSTOS E DOS DEMAIS MUNICÍPIOS ONDE ESTES NÃO EXISTEM.

ETIQUETA			
Zonas: 22/9			
42-00013-1			
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 42 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS		ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ARRECADAÇÃO DA PREVIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES, PREENDE-SE NÃO SÓ AS DIFICULDADES QUE ISSO ACARRETA A POPULAÇÃO, FORÇANDO-A A DESLOCAMENTOS CAUSATIVOS ATÉ AS CIDADES VIZINHAS, COMO TAMBÉM TRAZ SÉRIOS PROBLEMAS COM ACÚMULO DE TRABALHO E SOBRECARGA DOS PRÓPRIOS SERVIDORES DOS POSTOS DE ARRECADAÇÃO VIZINHOS, QUE SE VÊEM OBRIGADOS A ADMINISTRAR ATÉ MESMO FILAS FORMADAS PELOS USUÁRIOS DAQUELES POSTOS E DOS DEMAIS MUNICÍPIOS ONDE ESTES NÃO EXISTEM.

ETIQUETA			
Zonas: 22/9			
42-00015-7			
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 42 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS		ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ARRECADAÇÃO DA PREVIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES, PREENDE-SE NÃO SÓ AS DIFICULDADES QUE ISSO ACARRETA A POPULAÇÃO, FORÇANDO-A A DESLOCAMENTOS CAUSATIVOS ATÉ AS CIDADES VIZINHAS, COMO TAMBÉM TRAZ SÉRIOS PROBLEMAS COM ACÚMULO DE TRABALHO E SOBRECARGA DOS PRÓPRIOS SERVIDORES DOS POSTOS DE ARRECADAÇÃO VIZINHOS, QUE SE VÊEM OBRIGADOS A ADMINISTRAR ATÉ MESMO FILAS FORMADAS PELOS USUÁRIOS DAQUELES POSTOS E DOS DEMAIS MUNICÍPIOS ONDE ESTES NÃO EXISTEM.

ETIQUETA			
Zonas: 22/9			
42-00014-9			
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 42 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS		ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ARRECADAÇÃO DA PREVIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GUAÇUI/ES.

ETIQUETA			
Zonas: 22/9			
42-00016-5			
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 42 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS		ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ARRECADAÇÃO DA PREVIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
 15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MUMIZ FREIRE/ES, PREENDE-SE NÃO SÓ AS DIFICULDADES DE QUE ISSO ACARRETA A POPULAÇÃO, FORÇANDO-A A DESLOCAMENTOS CAUSATIVOS ATÉ AS CIDADES VIZINHAS, COMO TAMBÉM TRAZ SÉRIOS PROBLEMAS COM ACÚMULO DE TRABALHO E SOBRECARGA DOS PRÓPRIOS SERVIDORES DOS POSTOS DE ARRECADAÇÃO VIZINHOS, QUE SE VEEM OBRIGADOS A ADMINISTRAR ATÉ MESMO FILAS FORMADAS PELOS USUÁRIOS DAQUELES POSTOS E DEMAIS MUNICÍPIOS ONDE ESTES NÃO EXISTEM.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
 15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES, PREENDE-SE NÃO SÓ AS DIFICULDADES DE QUE ISSO ACARRETA A POPULAÇÃO, FORÇANDO-A A DESLOCAMENTOS CAUSATIVOS ATÉ AS CIDADES VIZINHAS, COMO TAMBÉM TRAZ SÉRIOS PROBLEMAS COM ACÚMULO DE TRABALHO E SOBRECARGA DOS PRÓPRIOS SERVIDORES DOS POSTOS DE ARRECADAÇÃO VIZINHOS, QUE SE VEEM OBRIGADOS A ADMINISTRAR ATÉ MESMO FILAS FORMADAS PELOS USUÁRIOS DAQUELES POSTOS E DEMAIS MUNICÍPIOS ONDE ESTES NÃO EXISTEM.

ETIQUETA		42-00017-3	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 42 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ARRECADAÇÃO DA PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VIANA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
 15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES, PREENDE-SE NÃO SÓ AS DIFICULDADES DE QUE ISSO ACARRETA A POPULAÇÃO, FORÇANDO-A A DESLOCAMENTOS CAUSATIVOS ATÉ AS CIDADES VIZINHAS, COMO TAMBÉM TRAZ SÉRIOS PROBLEMAS COM ACÚMULO DE TRABALHO E SOBRECARGA DOS PRÓPRIOS SERVIDORES DOS POSTOS DE ARRECADAÇÃO VIZINHOS, QUE SE VEEM OBRIGADOS A ADMINISTRAR ATÉ MESMO FILAS FORMADAS PELOS USUÁRIOS DAQUELES POSTOS E DEMAIS MUNICÍPIOS ONDE ESTES NÃO EXISTEM.

ETIQUETA		42-00018-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 42 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ARRECADAÇÃO DA PREVIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES.

ETIQUETA		42-00019-3	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 42 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ARRECADAÇÃO DA PREVIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
 15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM POSTO DE ARRECADAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA/ES, PREENDE-SE NÃO SÓ AS DIFICULDADES DE QUE ISSO ACARRETA A POPULAÇÃO, FORÇANDO-A A DESLOCAMENTOS CAUSATIVOS ATÉ AS CIDADES VIZINHAS, COMO TAMBÉM TRAZ SÉRIOS PROBLEMAS COM ACÚMULO DE TRABALHO E SOBRECARGA DOS PRÓPRIOS SERVIDORES DOS POSTOS DE ARRECADAÇÃO VIZINHOS, QUE SE VEEM OBRIGADOS A ADMINISTRAR ATÉ MESMO FILAS FORMADAS PELOS USUÁRIOS DAQUELES POSTOS E DEMAIS MUNICÍPIOS ONDE ESTES NÃO EXISTEM.

ETIQUETA		42-00020-3	
INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 42 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 1000.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS, PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15 008 0021 0005 0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
15 082 0492 3005 0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS, PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 42 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITASUF
ESPARTIDO
PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008 0021 0005 0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
15 082 0492 3005 0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS, PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 42 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITASUF
ESPARTIDO
PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PIUMA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PIUMA/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

INSTRUÇÕES NO VERSO

COD. PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 42 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR
DEPUTADA ROSE DE FREITASUF
ESPARTIDO
PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAÇUI/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021 0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE GUAÇUI/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

ETIQUETA

Assinatura: 22/11/90

42-00025-4

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	1301	PL Nº 42 DE 1990-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/AMPLIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

ETIQUETA

Assinatura: 22/11/90

42-00026-2

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	1301	PL Nº 42 DE 1990-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/AMPLIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS, PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

ETIQUETA

Assinatura: 22/11/90

42-00027-1

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	1301	PL Nº 42 DE 1990-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/AMPLIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE VIANA/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS, PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

ETIQUETA

Assinatura: 22/11/90

42-00028-9

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	1301	PL Nº 42 DE 1990-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADA ROSE DE FREITAS	ES	PSDB

TEXTO/AMPLIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS, PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

ETIQUETA

Assinatura 22/11

42-00029-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 42 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

UF

ES

PARTIDO

PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 42 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

15.008.0021.0005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

15.082.0492.3005.0001 - PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

JUSTIFICAÇÃO

A INEXISTÊNCIA DE UMA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES, TEM ACARRETADO SÉRIOS PROBLEMAS, PARA A PARCELA DA POPULAÇÃO QUE NECESSITA UTILIZAR ESSE SETOR DE ATENDIMENTO. ISSO FAZ COM QUE ESSAS PESSOAS SE DESLOQUEM, ENFRENTANDO, MUITAS VEZES, DIFICULDADES PARA SUPRIR GASTOS COM TRANSPORTE, PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS RELATIVOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL, EM OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

ETIQUETA

Assinatura 22/11

42-00030-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR
376PROJETO DE LEI NÚMERO
42/90PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

LÚCIA VÂNIA

UF

GO

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Mantenha-se a dotação constante do PL 42/90-CN (Anexo II), o Subprojeto "Construção da Agência de Jataí-GO", a importância de Cr\$ 17.711.000,00 (dezessete milhões, setecentos e onze mil cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de alocar recursos para a construção da Agência de Jataí-GO, que virá preencher a lacuna da falta de uma Agência na aquela região.

ETIQUETA

Assinatura 22/11

42-00031-9

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR
376PROJETO DE LEI NÚMERO
42/90PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

LÚCIA VÂNIA

UF

GO

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Mantenha-se a dotação constante do PL 42/90-CN (anexo II), o Subprojeto "Construção da Agência de Ceres-GO", a importância de Cr\$ 15.064.000,00 (quinze milhões, sessenta e quatro mil cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de alocar recursos para a construção da Agência de Ceres-GO, que virá preencher a lacuna da falta de uma Agência na aquela região.

ETIQUETA

Assinatura 22/11

42-00032-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR
376PROJETO DE LEI NÚMERO
42/90PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

LÚCIA VÂNIA

UF

GO

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Mantenha-se a dotação constante do PL 42/90 - CN (Anexo II), o Subprojeto "Ampliação do Edifício Sede da Superintendência Regional - GO", a importância de Cr\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de oferecer recursos para a Ampliação da Sede da Superintendência Regional - Goiás, que já não oferece espaço físico suficiente para o importante trabalho ali desenvolvido.

ETIQUETA

Assinatura 22/11

42-00033-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR
376PROJETO DE LEI NÚMERO
42/90PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

LÚCIA VÂNIA

UF

GO

PARTIDO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Mantenha-se a dotação constante do PL 42/90 - CN (anexo II), o Subprojeto "Construção da Agência de Catalão-GO", a importância de Cr\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos destinados à construção da Agência de Catalão-GO se revestem de maior importância, tendo em vista vir a suprir a carência de uma Agência do INSS naquela região.

INSTRUÇÕES NO VERSO			
DOE. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	FOLHA	
376	42/90	01 de 01	

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
LUCIA VANIA	GO	PMDB

TEXTO JUSTIFICACAO

Mantenha-se a dotação constante do PL 42/90-CN (Anexo II), o Subprojeto "Construção da Agência de Uruaçu-GO", a importância de Cr\$ 13.856.000,00 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros).

JUSTIFICACAO

Trata-se de alocar recursos para a construção da Agência de Uruaçu-Goiás, que virá preencher a lacuna da falta de uma Agência naquela região.

INSTRUÇÕES NO VERSO			
DOE. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	FOLHA	
1.229	PL 42/90-	01 de 02	

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
* DEPUTADO NILSON GIBSON	PE	PMDB

TEXTO JUSTIFICACAO

57 000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - ENTIDADE SUPERVISIONADAS

57 202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BELO JARDIM- Pernambuco
Seguridade (Esfera)
Investimento 30 000 (TOTAL)

15 008 0021 1134 0032
Construção da Unidade de Representação da Previdência Social de Nova Venécia - ES
Esfera (Investimento) Seguridade
CR\$ 42 000

15 008 0021 1134 0040
Ampliação do Edifício sede da Superintendência Regional-GO Seguridade (Esfera)
Investimento
CR\$ 42 000

15 008 0021 1134 0044
Construção do Almoxarifado de Belo Horizonte-MG Seguridade (Esfera)-Investimentos
CR\$ 63.030

Justificativa

Para a execução do planejamento do Governo Federal, que procura regionalizar a garantia de acesso a população a todos os níveis de assistência a saúde, é essencial criar uma Representação da Previdência Social, no Município de Belo Jardim em Pernambuco. Isto será um extraordinário trabalho de apoio institucional para a todas as unidades federadas no sentido de prepará-las para assumir e executar suas ações de saúde.

Portanto, minha proposta é no sentido de transferir CR\$ 10 de cada uma das rubricas transcritas a fim de atender a pretensão

PROJETO DE LEI
Nº 43, DE 1990 (CN)

MENSAGEM Nº 223,
DE 1990-CN

(Nº 793/90, na origem)

EMENDAS

RELAÇÃO DE EMENDAS POR PARLAMENTARES

* COMISSAO MISTA DE ORCAMENTO 19-11-1990 PAG. 1 *
* INDIAS PLN 43/90 PLN 43/90 *

PARLAMENTAR	EMENDA
AFONSO CAMARGO	035, 036
LUCIA VANIA	069 A 074
MANSUETO DE LAVOR	066 A 066
MARIANA	033, 034
MARCOS QUEIROZ	037 A 065
MAURICIO ANDA	008, 075 A 083
MAX ROSENMAN	031, 032
NILSON GIBSON	006, 007
PAES LANDIM	010 A 012
PAULINO	013 A 013
ROSE DE FREITAS	017 A 030
SERGIU	001 A 005
THEODORO MENDES	009

43-00001-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

EMENDA

Deputado SÉRGIO BRITO	BA	PDC
-----------------------	----	-----

<p>CREDITE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde - Código Órgão: 36000 - Subprojeto/Subatividade: Construção de uma Maternidade no município de PALMAS DE MONTE ALTO/BA (46.460) - Valor do Crédito: Cr\$ 20.000.000,00 - Natureza da Despesa: Investimento - Elemento de Despesa: 4.5.40.42 - Fonte: 100 <p>DEBITE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde: 36000 - Subprojeto/Subatividade: 13.075.0428.1096 - Infraestrutura em Serviços de Saúde <p>TEXTO:</p> <p>Inclua-se no programa de trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: Construção de uma Maternidade no município de PALMAS DE MONTE ALTO/BA (46.460), com valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).</p> <p>JUSTIFICATIVA:</p> <p>Este investimento trará melhoras significativas no atendimento de serviço a parturientes do município, que carece de melhor assistência, tendo em vista não existir este atendimento, com ambiente e equipamento adequado, havendo inclusive grande índice de mortalidade de recém nascidos por falta de atendimento próprio.</p>
--

43-00002-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

EMENDA

Deputado SÉRGIO BRITO	BA	PDC
-----------------------	----	-----

<p>CREDITE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde - Código Órgão: 36000 - Subprojeto/Subatividade: Construção de uma Maternidade no município de São José da Vitória/BA (45.610) - Valor do Crédito: Cr\$ 15.000.000,00 - Natureza da Despesa: Investimento - Elemento de Despesa: 4.5.40.42 - Fonte: 100 <p>DEBITE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde: 36000 - Subprojeto/Subatividade: 13.075.0428.1096 - Infraestrutura em Serviços de Saúde <p>TEXTO:</p> <p>Inclua-se no programa de trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: Construção de uma Maternidade no município de SÃO JOSÉ DA VITÓRIA/BA, com o valor de Cr\$ 15.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).</p>

JUSTIFICATIVA:

Este investimento trará melhoras significativas no atendimento de serviço a parturientes deste município, que carece de melhor assistência médica, tendo em vista a precária situação de saúde no município. A construção de uma maternidade simboliza a realização de antigo anseio da comunidade de São José da Vitória/BA.

43-00003-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

EMENDA

Deputado SÉRGIO BRITO	BA	PDC
-----------------------	----	-----

<p>CREDITE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde - Código Órgão: 36000 - Subprojeto/Subatividade: Construção de um Posto de Saúde no município de RIO DO PIRES/BA (46.550) - Valor do Crédito: Cr\$ 15.000.000,00 - Natureza da Despesa: Investimento - Elemento de Despesa: 4.5.40.42 - Fonte: 100 <p>DEBITE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde: 36000 - Subprojeto/Subatividade: 13.075.0428.1096 - Infraestrutura em Serviços de Saúde <p>TEXTO:</p> <p>Inclua-se no programa de trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: Construção de um Posto de Saúde no município de RIO DO PIRES/BA, com o valor de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).</p> <p>JUSTIFICATIVA:</p> <p>Este investimento trará melhoras significativas no atendimento de serviços a pacientes do município, que por falta de uma Casa de saúde, é obrigado a se deslocar cerca de 40km para a cidade mais próxima, para receber tratamento médico adequado.</p>

43-00004-5	
INSTRUÇÕES NO VERSO	01 DE 01

EMENDA

Deputado SÉRGIO BRITO	BA	PDC
-----------------------	----	-----

<p>CREDITE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde - Código Órgão: 36000 - Subprojeto/Subatividade: Equipar o Hospital Municipal de Cariphanha, no município de CARIPHANHA/BA (46.445) - Valor do Crédito: Cr\$ 10.000.000,00 - Natureza da Despesa: Investimento - Elemento de Despesa: 4.5.40.42 - Fonte: 100 <p>DEBITE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Saúde: 36000 - Subprojeto/Subatividade: 13.075.0428.1095.0001 - Ações de Saúde no Nordeste Rural (PROJETO NORDESTE II)

TEXTO

Inclui-se no programa de trabalho do Ministério da Saúde, o subprojeto/Subatividade: Equipar Hospital Municipal do Município de CARINHANHA/BA, com o valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

JUSTIFICATIVA:

Este investimento trará melhoras significativas no atendimento médico-hospitalar no município de Carinhanha, que carece de equipamentos específicos e adequados para desenvolvimento e melhoria da saúde local.

Assinada: 22/9

43-00005-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

43/90

01 de 01

EMENDA

Deputado SÉRGIO BRITO

AUTOR

UF

PARTIDO

BA

PDC

TEXTO/JUSTIFICATIVA

CREDITE:

- Ministério da Saúde - Código Órgão: 36000
- Subprojeto/Subatividade: Reaparelhamento da Clínica Santa Bárbara LTDA, no município de BOTUPORÃ/BA (46.570)
- Valor do Crédito: Cr\$ 10.000.000,00
- Natureza da Despesa: Investimento
- Fonte: 100

DEBITE:

- Ministério da Saúde: 36000
- Subprojeto/Subatividade: 13.075.0428.1096.0001
- Reaparelhamento de Unidades do Ministério da Saúde

TEXTO:

Inclui-se no programa de trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: Reaparelhamento da Clínica Santa Bárbara LTDA, no município de BOTUPORÃ/BA, com o valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

JUSTIFICATIVA:

Este investimento trará melhoras significativas no atendimento do serviço médico-hospitalar prestar por aquela casa de saúde, onde o número de pessoas atendidas é considerável. Tendo em vista a falta de recurso para reequipar a clínica e da dificuldade de atender adequadamente seus pacientes, acreditamos ser de fundamental importância a acatamento desta emenda, para a população carente de Botuporã/BA.

Assinada: 22/9

43-00006-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

1.229

PL nº 43/90

01 de 01

EMENDA

DEPUTADO NILSON GIBSON

AUTOR

UF

PARTIDO

PE

PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Identificação da Unidade

Órgão : Ministério da Saúde 36 000

Fundação Oswaldo Cruz - 36 201

Especificação : Assistência Médica e Sanitária

13 075 0428 2317

Participação na manutenção do sistema único de saúde

Prestar assistência médica e odontológica em regime ambulatorial e de internação na Unidade Mista do Município de Passira, em PernambucoCR\$ 20.000

Justificativa

Para a execução do planejamento do Governo Federal, na área do Ministério da Saúde, Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), o Ministro Alceu Guerra procura regionalizar e garantir o acesso a população a todos os níveis de assistência à saúde. / portanto, é essencial conceder condições para os hospitais dos Municípios, Unidade Base da federação. E assim, que propomos / uma transferência de recursos na ordem de Cr\$ 20.000 para a Unidade Hospitalar do Município de Passira, em Pernambuco.

Assinada: 22/9

43-00007-0

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

1.229

PL nº 43/90

01 de 01

EMENDA

DEPUTADO NILSON GIBSON

AUTOR

UF

PARTIDO

PE

PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Identificação da Unidade Orçamentária
Órgão : MINISTÉRIO DA SAÚDE - 36000
Especificação : Assistência Médica e Sanitária
13 075 0428 2317

PARTICIPAÇÃO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Prestar assistência médica e odontológica em regime ambulatorial e de internação na UNIDADE MISTA DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, em PernambucoCR\$ 20.000.

Justificativa

Para a execução do planejamento do Governo Federal ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde- SUDS, que procura regionalizar a garantia de acesso a população a todos os níveis de assistência a saúde, é essencial criar condições para que a Unidade Regional Hospitalar, no Município de Belo Jardim (PE). Isto será um extraordinário trabalho de apoio institucional para a todas as unidades federadas no sentido de prepará-las para assumir e executar suas ações de saúde. Portanto, transferir do valor consignado Cr\$479.000 / apenas, Cr\$ 20.000 nenhum óbice criará para o total previsto no crédito encaminhado pelo Executivo.

Assinada: 22/9

43-00008-8

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA

43/90

01 de 01

EMENDA

DEPUTADO MAURO MIRANDA

AUTOR

UF

PARTIDO

GO

PMDB

TEXTO/JUSTIFICATIVA

CREDITE

Ministério da Saúde Cód. Órgão 36.000

Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE IPORÁ-GO

Valor do Crédito: Cr\$ 300.000.000,00

Natureza da Despesa: Investimentos
Fonte: 496

TEXTO

Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério de Saúde, o Subprojeto/Subatividade: Construção do Hospital Municipal de IPORÁ-GO, no valor correspondente a Cr\$ 300.000.000,00 (Trezentos milhões de cruzeiros).

JUSTIFICATIVA

A Construção do Hospital se insere nos propósitos do Estado de propiciar condições amplas de saúde à comunidade.
Iporá-GO se inclui entre os municípios mais importantes do Estado de Goiás, e a instalação, ali, de um Hospital, se constitui num ato de justiça, pois irá favorecer os mais necessitados, incluídos ali os pequenos e médios produtores.

Resolução 22/76

43-00009-6

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		43/90	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO THEODORO MENDES	SP	PMDB

TEXTO JUSTIFICACAO

Inclui-se, onde couber, no PL. 43/90, a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender a Implantação do Centro Cirúrgico para Transplante de Córnea, na Santa Casa de Misericórdia, no Município de Sorocaba - São Paulo.

Fonte de Cancelamento: 13.075.0428.2317.0015 - manutenção do Hospital das Doenças do Aparelho Locomotor.
Cr\$ 25.000.000,00

J U S T I F I C A Ç Ã O

A implantação do Centro Cirúrgico para Transplante de Córnea no Município de Sorocaba - S. Paulo é de extrema importância para a comunidade local, onde milhares de pessoas esperam ansiosamente pela doação e transplante de córnea. Como já existe atualmente o Banco de Olhos em Sorocaba, a implantação do Centro Cirúrgico seria a complementação, a realização final do projeto.

43-00010-0

UF DE ORIGEM	CODIGO PARLAMENTAR	PÁGINA
223/90-CN	1168	1 DE 1

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado Paes Landim	PI	PFL

UF DE ORIGEM	CODIGO PARLAMENTAR	PÁGINA

TEXTO JUSTIFICACAO

Inclui-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 43/90-CN, a importância de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para o seguinte subprojeto:

- Construção do Posto de Saúde de São João do Piauí - PI

Fonte de Recursos:

13.075.0428.2317.0015 - Manutenção do Hospital das Doenças do Aparelho Locomotor - DF.

Valor: Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros)

Justificação

Cidade com mais de 50 mil habitantes, maior rebanho bovino, maior lençol freático do Estado. Inaceitável que cidade deste porte e importância, possua um sistema de saúde em precárias condições, e não disponha ainda de um posto de saúde que atenda às suas necessidades.

Resolução 22/76

43-00011-8

UF DE ORIGEM	CODIGO PARLAMENTAR	PÁGINA
223/90-CN	1108	1 DE 1

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado Paes Landim	PI	PFL

UF DE ORIGEM	CODIGO PARLAMENTAR	PÁGINA

TEXTO JUSTIFICACAO

Inclui-se onde couber, no Projeto de Lei nº 43/90-CN, a importância de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para o seguinte subprojeto:

- Construção do Posto de Saúde de Picos - PI

Fonte de Recursos:

13.075.0428.2317.0014 - Manutenção do Hospital Ceral Sarah W. Hirschschek - MC.

Valor: Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros)

JUSTIFICACAO

Cidade com mais de 130 mil habitantes, celeiro agrícola do Estado, segundo maior entroncamento rodoviário do Nordeste. Inaceitável que cidade deste porte e importância não disponha ainda de sistema de saúde à altura.

Resolução 22/76

43-00012-6

UF DE ORIGEM	CODIGO PARLAMENTAR	PÁGINA
223/90-CN	1168	1 DE 1

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado Paes Landim	PI	PFL

UF DE ORIGEM	CODIGO PARLAMENTAR	PÁGINA

TEXTO JUSTIFICACAO

Inclui-se onde couber, no Projeto de Lei nº 43/90-CN, a importância de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para o seguinte subprojeto:

- Construção do Posto de Saúde de Paulista - PI.

Fonte de Recursos

13.075.0431.1102.0003 - Produção de Imunobiológicos e Reagentes.

Valor: Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros)

Justificação

Cidade com mais de 20 mil habitantes, menor cidade deste porte tenha um sistema de saúde precário e não disponha ainda de um posto de saúde à sua altura.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 159A	PROJETO DE LEI NUMERO 43/90	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--------------------------------	--------------------

EMENDA

AUTOR Deputado PAULO MOURÃO	UF TO	PARTIDO P.D.C.
--------------------------------	----------	-------------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p>Destaque-se do subprojeto nº 13.075.0431.2315.0001, da Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, a quantia de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), para aquisição e distribuição de medicamentos, insumo, soros e reagentes para os hospitais e postos de saúde municipais dos municípios do Porto Nacional, Paranã, Almas, Natividade e Couto Magalhães, todos no estado do Tocantins.</p>	
<p align="center"><u>JUSTIFICAÇÃO</u></p> <p>Qualquer apoio dado aos hospitais públicos de municípios carentes como é via de regra no estado do Tocantins, vai possibilitar uma melhora nas condições de saúde destas populações que não tem como buscar a rede de serviço médico privada.</p>	

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 159A	PROJETO DE LEI NUMERO 43/90	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--------------------------------	--------------------

EMENDA

AUTOR PAULO MOURÃO	UF TO	PARTIDO PDC
-----------------------	----------	----------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p>Destaque-se da sabatividade contribuição para formação do patrimônio do servidor público - Nº 13.084.0492.20.12.0001 anexo I, Fundação Oswaldo Cruz, Ministério da Saúde, a quantia de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para ampliação do hospital municipal do município de Paranã (TO), com a construção de uma maternidade.</p>	
<p align="center"><u>JUSTIFICAÇÃO</u></p> <p>A falta de uma maternidade no único hospital municipal da cidade de Paranã, no estado do Tocantins, tem criado grandes dificuldades e constrangimento. A aprovação desta emenda irá possibilitar uma sensível melhoria na prestação de serviços do hospital daquele município.</p>	

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 159A	PROJETO DE LEI NUMERO 43/90	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--------------------------------	--------------------

EMENDA

AUTOR Deputado PAULO MOURÃO	UF TO	PARTIDO PDC
--------------------------------	----------	----------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p>Destaque-se do subprojeto aquisição e distribuição de alimentos a população carente Nº 13.075.0427.1115.0001, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde, a quantia de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para a aquisição e</p>	

distribuição de alimentos à população carente com prioridade às gestantes do município de Porto Nacional, Paranã, Couto Magalhães, Almas, Natividade, todos no estado do Tocantins.

JUSTIFICAÇÃO

A maior parte das famílias destes municípios está na faixa mais pobre e carente da população brasileira, nestas famílias, as mulheres grávidas são submetidas continuamente a uma alimentação carente, geram filhos doentes e já propensos a uma vida (caso sobreviva) cheios de problemas de saúde.

Assim, um auxílio governamental poderá minorar nestes municípios os problemas das crianças subnutridas.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 159A	PROJETO DE LEI NUMERO 43/90	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--------------------------------	--------------------

EMENDA

AUTOR Deputado PAULO MOURÃO	UF TO	PARTIDO PDC
--------------------------------	----------	----------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p>Destaque-se do subprojeto aquisição e de distribuição de insumos, medicamentos imunológicos, soros e reagente - 13.075.2315.0001, da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde, a quantia de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para a aquisição de produtos profiláticos terapêuticos para os hospitais municipais de Porto Nacional, Natividade, Almas, Couto Magalhães e Paranã, todos no estado do Tocantins, cabendo a cada hospital, a quantia de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).</p>	

JUSTIFICAÇÃO

Sabemos que a situação econômica do país não tem permitido às famílias mais pobres, da nação um acesso aos bens de consumo básicos para a sua sobrevivência. Visando em parte compensar a péssima distribuição de renda que ocorre no país, e principalmente em estado dos mais carentes como o Tocantins, o acesso das famílias carentes a remédios básicos, irá de alguma forma minorar este estado de penúria.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 159A	PROJETO DE LEI NUMERO 43/90	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--------------------------------	--------------------

DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
--------------------------	----------	-----------------

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE ASSISTÊNCIA MATERNO INFANTIL E ODONTOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.04228.28001.0105 - FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
VALOR CR\$ 8.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE/ES, QUE JÁ DESPONTA NO CENÁRIO ESPIRITOSANTENSE NAS CONTRIBUIÇÕES DE IMPOSTOS, NECESSITA PARA IMPULSIONAR SEU PROGRESSO, DA CONSTRUÇÃO DO POSTO CITADO, PROMOVENDO ASSIM, A MOLA MESTRE DE SUA COMUNIDADE, A SAÚDE.

Anexo 22/76

43-00018-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

CSE PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 43 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.04228.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF.

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE, POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE FAZER LONGAS VIAGENS A CENTROS URBANOS JÁ BASTANTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA POR ATENDIMENTO MÉDICO.

Anexo 22/76

43-00019-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

CSE PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 43 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PIUMA/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.04228.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF.

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE, POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA, A SAÚDE FAZER LONGAS VIAGENS A CENTROS URBANOS JÁ BASTANTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA POR ATENDIMENTO MÉDICO.

Anexo 22/76

43-00020-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

CSE PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 43 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.04228.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF.

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE, POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA, A SAÚDE FAZER LONGAS VIAGENS A CENTROS URBANOS JÁ BASTANTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA POR ATENDIMENTO MÉDICO.

Anexo 22/76

43-00021-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

CSE PARLAMENTAR
1301PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 43 DE 1990-CNPÁGINA
01 DE 01

EMENDA

AUTOR

UF

PARTIDO

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.04228.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF.

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE, POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE FAZER LONGAS VIAGENS A CENTROS URBANOS JÁ BASTANTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA POR ATENDIMENTO MÉDICO.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
-----------------------------------	----------	-----------------

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE R\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.0428.2317.0015- MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF.

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE, POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE FAZER LONGAS VIAJENS A CENTROS URBANOS JÁ BASTANTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA POR ATENDIMENTO MÉDICO.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PSDB
-----------------------------------	----------	-----------------

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN, A IMPORTANCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A AMPLIAÇÃO DE 03 GABINETES ODONTOLÓGICOS PARA O MUNICÍPIO DE VIANÁ/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO:

13.075.0428.2317.0014 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL GERAL SARAH KUBISTSCHEK-MG

13.075.0428.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF.

VALOR: 100.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

VOLTADOS A UM TRABALHO MAIS ABRAÇANTES NA ÁREA DE SAÚDE, PRINCIPALMENTE, NO QUE DIZ RESPECTIVO À PREVENÇÃO, E DIANTE DA PRECÁRIEDADE DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS PRESTADOS À NOSSA POPULAÇÃO, QUASE NA SUA TOTALIDADE FORMADA DE PESSOAS CARENTES E DE BAIXA RENDA, VIMOS ESCLARECER QUE NOSSO TRABALHO ODONTOLÓGICO SERÁ REALIZADO, PRINCIPALMENTE, EM PROCEDIMENTOS PREVENTIVO E CURATIVO, COM ATENDIMENTO, PREFERENCIAL, AOS ESCOLARES NA FAIXA ETÁRIA DE 06 A 14 ANOS.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--	--------------------

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES PSDB

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN, A IMPORTANCIA DE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL NA SEDE DO MUNICÍPIO DE VIANÁ/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.0428.1564.0001 - AÇÕES DE ATENDIMENTO AO ACIDENTADO DO TRAFEGO RODOVIÁRIO -

13.075.0428.2317.0014- MANUTENÇÃO DO HOSPITAL GERAL SARAH KUBISTSCHEK- MG.

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE VIANÁ/ES É UM DOS MAIS CARENTES DO ESTADO NA ÁREA HOSPITALAR. SEUS HABITANTES SOCORREM-SE, NESSA ÁREA, NA CAPITAL DO ESTADO OU EM OUTRAS CIDADES DA REGIÃO, MAS CUJA REDE FÍSICA DEIXA MUITO A DESEJAR. A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL EM APEÇO BENEFICIARÁ NÃO SÓ A POPULAÇÃO DE VIANÁ, BENEFICIARÁ IGUALMENTE AS POPULAÇÕES DA CIDADE DA REGIÃO PERMITINDO-LHES MELHOR ATENDIMENTO NA MEDIDA EM QUE FOR REDUZIDA DEMANDA.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--	--------------------

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES PSDB

INCLUIA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990 -CN, A IMPORTANCIA DE R\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE GUAÇUI/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.0428.2317.0014 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL GERAL SARAH KUBISTSCHEK - MG

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GUAÇUI/ES, QUE JÁ DESPONTA NO CENÁRIO ESPIRITOSANTENSE NAS CONTRIBUIÇÕES DE IMPOSTOS, NECESSITA PARA IMPULSIONAR SEU PROGRESSO, DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE, PROMOVENDO ASSIM, A MOLA MESTRE DE SUA COMUNIDADE, A SAÚDE.

Resolução 22/79
43-00026-6

1301 PL Nº 43 DE 1990-CN 01 DE 01

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES PSDB

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHOES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.0428.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR- DF.

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES, QUE JÁ DESPONTA NO CENÁRIO ESPIRITO SANTENSE NAS CONTRIBUIÇÕES DE IMPOSTOS, NECESSITA PARA IMPULSIONAR SEU PROGRESSO, DA CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE, PROMOVENDO ASSIM, A MOLA MESTRE DE SUA COMUNIDADE, A SAÚDE.

Resolução 22/79
43-00028-2

1301 PL Nº 43 DE 1990-CN 01 DE 01

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES PSDB

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHOES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.0428.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE. POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE FAZER LONGAS VIAGENS A CENTROS URBANOS JÁ BASTANTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA PR ATENDIMENTO MÉDICO.

Resolução 22/79
43-00027-4

INSTRUÇÕES NO VERSO COL. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO ALÍNEA

1301 PL Nº 43 de 1990-CN 01 DE 01

EMENDA

AUTOR ROSE DE FREITAS UF ES PARTIDO 01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHOES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES.

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.0428.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR- DF.

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE, POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE FAZER LONGAS VIAGENS A CENTROS URBANOS JÁ BASTANTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA POR ATENDIMENTO MÉDICO.

Resolução 22/79
43-00029-1

INSTRUÇÕES NO VERSO COL. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO ALÍNEA

1301 PL Nº 43 DE 1990-CN 01 DE 01

EMENDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS UF ES PARTIDO PSDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

INCLUA-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTANCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHOES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.0428.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF.

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE, POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE FAZER LONGAS VIAGENS A CENTROS URBANOS JÁ BASTANTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA POR ATENDIMENTO MÉDICO.

INSTRUÇÕES NO VERSO		ORD. PARLAMENTAR 1301	PROJETO DE LEI NUMBER PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------------	--	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTE PSDB
-----------------------------------	----------	---------------

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL Nº 43 DE 1990-CN A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE CRUZEIROS) PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CARIACICA/ES

FONTE DE CANCELAMENTO

13.075.04228.2317.0015 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS OGENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR-DF.

JUSTIFICAÇÃO

TRATA-SE DE UMA NECESSIDADE DE UM ATENDIMENTO MELHOR NA ÁREA DE SAÚDE, POIS O POSTO DE SAÚDE EM QUESTÃO DEVERÁ EVITAR QUE ESTA POPULAÇÃO CONTINUE OBRIGADA A, QUANDO NECESSITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE FAZER LONGAS VIAGENS A CENTROS URBANOS JÁ EXISTENTE CONGESTIONADOS PELA DEMANDA PRO ATENDIMENTO MÉDICO.

VALOR: Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, tem por objetivo alocar recursos para as obras de conclusão do Hospital Municipal de Adrianópolis, único centro de saúde do Município para atender toda a população. O Município supra citado fica a 130 Km da Capital Paranaense, sendo 90 Km de estrada de chão batido, em péssimas condições de uso, pela falta de conservação, levando-se até 04 horas para transportar um paciente até o Centro de Saúde mais próximo.

INSTRUÇÕES NO VERSO		ORD. PARLAMENTAR 223/90	PROJETO DE LEI NUMBER PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	----------------------------	--	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADO MARCOS LIMA	UF MG	PARTE PTR
-------------------------------	----------	--------------

36201

TEXTO : Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de conclusão do Hospital Municipal de Itaguara, Estado de Minas Gerais.

VALOR: - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa atender as obras de conclusão do Hospital Municipal de Itaguara, para que haja o funcionamento do mesmo, no sentido de melhorar a qualidade do atendimento de saúde dos munícipes. Por se tratar de único Hospital no Município, a conclusão é fundamental, pois atende aos anseios de toda a comunidade, que tem sofrido as consequências pela falta de internamentos e serviços de emergência adequados.

INSTRUÇÕES NO VERSO		ORD. PARLAMENTAR 223/90	PROJETO DE LEI NUMBER PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	----------------------------	--	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADO MAX ROSENWANN	UF PR	PARTE PRN
---------------------------------	----------	--------------

36.201

TEXTO:- Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de ampliação do Hospital Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná.

VALOR: Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo a ampliação do Hospital Municipal de Mandirituba, que tem um atendimento médio mensal de 7.500 consultas e internamentos, estando no momento sobrecarregado o pronto atendimento, por falta de espaço físico no ambulatório.

INSTRUÇÕES NO VERSO		ORD. PARLAMENTAR 223/90	PROJETO DE LEI NUMBER PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	----------------------------	--	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADO MARCOS LIMA	UF MG	PARTE PTR
-------------------------------	----------	--------------

36201

TEXTO: Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de equipamentos hospitalares, para o Hospital Municipal de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

VALOR: Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo alocar recursos destinados à aquisição de equipamentos hospitalares, para o Hospital Municipal de Santa Maria do Suaçuí, visando a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. A eficácia dos serviços de saúde depende dos instrumentos usados pelos profissionais da área, quanto a sua qualidade, como ao seu funcionamento, haja vista, serem as suas armas de trabalho.

INSTRUÇÕES NO VERSO		ORD. PARLAMENTAR 223/90	PROJETO DE LEI NUMBER PL Nº 43 DE 1990-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	----------------------------	--	--------------------

EMENDA

AUTOR DEPUTADO MAX ROSENWANN	UF PR	PARTE PRN
---------------------------------	----------	--------------

36.201

TEXTO: Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de conclusão do Hospital Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná.

Anexo: 22/90
43-00035-5

EMENDA 223/90 01 de 01

SENADOR AFONSO CAMARGO PR: PTB

36201

TEXTO: Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de aquisição de 02 Odontomóvel e 01 Posto de Saúde Móvel, para o Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

VALOR: Cr\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo alocar recursos para aquisição de 02 Odontomóvel e 01 Posto Médico Móvel, que irão atender as comunidades dos Bairros e Distritos, onde não existe Posto de Atendimento.

Ponta Grossa possui aproximadamente 350.000 habitantes, o que torna ainda maior as dificuldades dos serviços de saúde, face o grande número de pessoas carentes que residem em locais sem nenhum tipo de assistência de saúde.

VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares, nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitário.

Anexo: 22/90
43-00036-3

EMENDA 223/90 01 de 01

SENADOR AFONSO CAMARGO PR: PTB

36201

Texto: Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de construção de Posto de Saúde no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

VALOR: Cr\$25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo a construção de 01 Posto de Saúde, no Bairro Sabará, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O atendimento no setor de saúde às comunidades residentes no Bairro supracitado, vem ao alcance dos anseios em receber serviços de saúde qualificados e precisos, sem as dificuldades de deslocamento a outros centros de saúde distantes.

Anexo: 22/90
43-00038-0

EMENDA 223/90 01 de 01

Deputado Marcos Queiroz PE PMDB

36102

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Rio Formoso -PE.

VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitário.

Anexo: 22/90
43-00039-8

EMENDA 223/90 01 de 01

Deputado Marcos Queiroz PE PMDB

36102

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Escada/PE.

VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares, nas localidades rurais do Município, com o intuito de

Anexo: 22/90
43-00037-1

EMENDA 223/90 01 de 01

Deputado Marcos Queiroz PE PMDB

36102

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Feira Nova/PE.

reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitário.

Assinatura 22/90

43-00040-1

EMENDA

223/90

01 m 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36201

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Sirinhaém(PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICACAO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

EMENDA

223/90

01 m 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36201

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Jucati-dos-Guarazapes(PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICACAO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

Assinatura 22/90

43-00042-2

EMENDA

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

223/90

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Ipojuca(PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICACAO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

EMENDA

223/90

01 m 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36201

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Feira Nova(PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICACAO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

Resolução 223/79

43-00044-4

EMENDA 223/90 01 = 01

Deputado Marcos Queiroz PE PMDB

36201

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Rio Formoso (PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

Resolução 223/79

43-00046-1

EMENDA 223/90 01 = 01

Deputado Marcos Queiroz PE PMDB

36204

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Ipojuca/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

Resolução 223/79

43-00045-2

EMENDA 223/90 01 = 01

Deputado Marcos Queiroz PE PMDB

36201

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Barreiros (PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

Resolução 223/79

43-00047-9

EMENDA 223/90 01 = 01

Deputado Marcos Queiroz PE PMDB

36204

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Feira Nova/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

Resolução 223/79

43-00048-7

EMENDA 223/90 01 = 01

Deputado Marcos Queiroz PE PMDB

36204

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Rio Formoso/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

J U S T I F I C A Ç Ã O

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

EMENDA

223/90

01 = 01

Deputado Marcos Queiroz

PE PMDB

36204

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Barreiros/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

J U S T I F I C A Ç Ã O

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

EMENDA

223/90

01 = 01

Deputado Marcos Queiroz

PE PMDB

36204

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Timonó/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

J U S T I F I C A Ç Ã O

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

EMENDA

223/90

01 = 01

Deputado Marcos Queiroz

PE PMDB

36204

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Rioirão/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

J U S T I F I C A Ç Ã O

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

EMENDA

223/90

01 = 01

Deputado Marcos Queiroz

PE PMDB

36204

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Sirinhaém/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

J U S T I F I C A Ç Ã O

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

EMENDA

223/90

01 = 01

Deputado Marcos Queiroz

PE PMDB

36204

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Amajari/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

EMENDA

223/90

43-00056-8

01 = 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36201

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Amajari (PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso corrente, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

EMENDA

223/90

43-00055-0

01 = 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36201

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Timbaúba (PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

EMENDA

223/90

43-00057-6

01 = 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36201

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, o subprojeto de Construção de Postos de Saúde, no Município de Escada (PE).

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado na construção de Postos de Saúde no Município, notadamente nas áreas rurais.

A implantação de Postos de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível, haja vista, as enfermidades nessas regiões de grande assentamento de plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes, principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transportes coletivos existentes, são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

Resolução 223/90		43-00058-4	
EMENDA	223/90	01 de 01	
Deputado Marcos Queiroz		PE	PMDB
36102			
<p>TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Ribeirão/PE.</p> <p>VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares, nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitárias.</p>			

Resolução 223/90		43-00060-6	
EMENDA	223/90	01 de 01	
Deputado Marcos Queiroz		PE	PMDB
36102			
<p>TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Sirinhaém/PE.</p> <p>VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares, nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitárias.</p>			

Resolução 223/90		43-00059-2	
EMENDA	223/90	01 de 01	
Deputado Marcos Queiroz		PE	PMDB
36102			
<p>TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Ipujuca/PE.</p> <p>VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares, nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitárias.</p>			

Resolução 223/90		43-00061-4	
EMENDA	223/90	01 de 01	
Deputado Marcos Queiroz		PE	PMDB
36102			
<p>TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Amaraji/PE.</p> <p>VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares, nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitárias.</p>			

Resolução 223/90		43-00062-2	
EMENDA	223/90	01 de 01	
Deputado Marcos Queiroz		PE	PMDB
36102			
<p>TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Jauaretã-dos-Quarapes/PE.</p>			

VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).

JUSTIFICACÃO

O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares, nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitário.

...os Domiciliares, nas localidades rurais, com intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitário.

EMENDA

223/90

43-00063-1

01 de 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36102

TEXTO / JUSTIFICACÃO

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Timbaúba/PE.

VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).

JUSTIFICACÃO

O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Domiciliares, nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitário.

EMENDA

223/90

43-00065-7

01 de 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36201

TEXTO / JUSTIFICACÃO

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0001, no subprojeto de obra de continuidade da Construção do Hospital Municipal de Cavalheiros, no Município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

VALOR - Cr\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de cruzeiros).

JUSTIFICACÃO

Trata-se de um Hospital com uma área de construção de 1.400m². Seu projeto foi viabilizado para instalação de 60 leitos.

É um empreendimento, que irá beneficiar aproximadamente, 850 famílias. Cavalheiros, é um dos Distritos do Município de Jaboatão dos Guararapes, encravado no litoral pernambucano, mais populoso. São famílias, na sua maioria, de trabalhadores volantes. A muitos anos, o referido Distrito, vem reivindicando a implantação do Hospital, haja vista, naquela localidade só existir alguns Postos de Saúde funcionando em condições precárias.

O Hospital Municipal de Cavalheiros, já está em fase de construção com recursos financeiros oriundos do Município.

EMENDA

223/90

43-00064-9

01 de 01

Deputado Marcos Queiroz

PE

PMDB

36102

TEXTO / JUSTIFICACÃO

TEXTO - Inclui-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0427.2800.0104, no subprojeto de construção de módulos sanitários domiciliares nas comunidades rurais do Município de Barreiros/PE.

VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).

JUSTIFICACÃO

O objeto da presente Emenda visa alocar recurso financeiro para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários

EMENDA

223/90

43-00066-5

01 de 01

Senador Mansueto de Lencastre

PE

PMDB

3620

TEXTO / JUSTIFICACÃO

TEXTO - INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 13.075.0-31.2355.0001, O SUBPROJETO DE CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE CORTES (PE)

VALOR - Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros)

JUSTIFICACÃO

A presente Emenda visa alocar recursos financeiros para serem aplicados na construção de POSTOS DE SAÚDE no Município de CORTES notadamente nas áreas rurais.

A implantação de posto de Saúde em algumas áreas rurais é imprescindível haja vista, as enfermidades comuns nessas regiões e grande assentamento de

plantadores e cortadores de cana, serem muito frequentes principalmente nas crianças.

São localidades bem afastadas da Sede e da Capital. Os meios de transporte coletivos existentes são muito precários impossibilitando a locomoção de enfermos para outras unidades de saúde.

Resolução 223/90
43-00067-0

INSTRUÇÕES NO VERSO

CÓD. PARLAMENTAR
376PROJETO DE LEI NÚMERO
43/90PÁGINA
01 DE 01

Resolução 223/90
43-00067-3

EMENDA

Nº DE EMENDA
223/90

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA
01 DE 01AUTOR
Senador Mansueto de LavorUF
PEPARTIDO
PMDBNº DE EMENDA
36204

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0002, o subprojeto de Aquisição e distribuição de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Cr.és/PE.

VALOR - Cr\$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO.

Com o recurso financeiro ora pleiteado através da presente Emenda, pretende-se adquirir medicamentos básicos e padronizados e de uso correto, visando atender os grupos populacionais mais carentes, notadamente os assentados nas áreas rurais distantes da sede do município.

EMENDA

AUTOR
LUCIA VANIAUF
GOPARTIDO
PMDB

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, no PL 43/90, o subprojeto/subatividade: Aquisição de Equipamento para o Posto de Saúde de Amaralina, Distrito de Mara Rosa-GO, o valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

FONTE DE CANCELAMENTO:

- 13.075.0431.2315.0001 - Aquisição e Distribuição de Insumos, Medicamentos Imunobiológicos, Soros e Reagentes.

JUSTIFICAÇÃO

Traz-se de alocar recursos para equipar o Posto de Saúde de Amaralina, distrito de Mara Rosa-Goiás, região bastante carente e que tem no atendimento do seu Posto de Saúde o acesso mais rápido ao tratamento de saúde de urgência para seus habitantes.

Resolução 223/90
43-00068-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

CÓD. PARLAMENTAR
376PROJETO DE LEI NÚMERO
43/90PÁGINA
01 DE 01

EMENDA

Nº DE EMENDA
223/90

CÓDIGO PARLAMENTAR

PÁGINA
01 DE 01AUTOR
Senador Mansueto de LavorUF
PEPARTIDO
PMDBNº DE EMENDA
36102

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

TEXTO - Inclua-se onde couber, no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, 13.075.0431.2315.0004, o subprojeto de construção de módulos sanitários comunitários nas comunidades rurais do Município de Cr.és/PE.

VALOR - Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).

JUSTIFICAÇÃO

O objeto da presente Emenda visa alocar recursos financeiros para ser aplicado em obras de construção de Módulos Sanitários Comunitários, nas localidades rurais do Município, com o intuito de reduzir o número de enfermos contaminados por doenças infectocontagiosas e parasitárias.

EMENDA

AUTOR
LUCIA VANIAUF
GOPARTIDO
PMDB

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, no PL 43/90, o subprojeto/subatividade: Centros Integrados de Saúde no Estado de Goiás, a importância de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

FONTE DE CANCELAMENTO: 13.075.0431.2315.0001 - Aquisição e Distribuição de Insumos, Medicamentos Imunobiológicos, Soros e Reagentes.

JUSTIFICAÇÃO

A alocação de recursos para equipamento dos Centros Integrados de Saúde no Estado de Goiás, justifica-se pelo valioso trabalho social que tais centros prestam à população carente do Estado de Goiás, em grande número de municípios, oferecendo-lhe atendimento médico diversificado.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDL PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		376	43/90	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
LÚCIA VÂNIA	GO	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, no PL 43/90, o subprojeto/subatividade: Centros Integrados de Saúde em Goiânia-GO, a importância de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros)

FONTE DE CANCELAMENTO: 13.075.0431.2315.0001 - Aquisição e Distribuição de Insumos, Medicamentos Imunobiológicos, Soros e Reagentes.

JUSTIFICAÇÃO

A alocação de recursos para equipamento dos Centros Integrados de Saúde em Goiânia-GO, justifica-se pelo valioso trabalho social que tais centros prestam à população carente da capital do Estado de Goiás, prestando-lhe atendimento médico diversificado.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDL PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		376	43/90	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
LÚCIA VÂNIA	GO	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, no PL 43/90, o subprojeto/subatividade: Fundação Leide das Neves em Goiânia-GO, o valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

FONTE DE CANCELAMENTO:
13.075.0431.2315.0001 - Aquisição e Distribuição de Insumos, Medicamentos Imunobiológicos, Soros e Reagentes.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de alocar recursos para o equipamento da unidade de tratamento da Fundação Leide das Neves, que presta assistência médica às vítimas do acidente com o Césio-137, que merecem cuidados especiais dado à gravidade de sua situação.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDL PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		376	43/90	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
LÚCIA VÂNIA	GO	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, no PL 43/90, o subprojeto/subatividade: Hospital Regional de Rubiataba-GO, a importância de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

FONTE DE CANCELAMENTO: 13.075.0431.2315.0001 - Aquisição e Distribuição de Insumos, Medicamentos Imunobiológicos, Soros e Reagentes.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de alocar recursos para equipamento do Hospital Regional de Rubiataba-GO, que atende a toda a população carente da região, que não conta com outro hospital para seu atendimento.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDL PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		376	43/90	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
LÚCIA VÂNIA	GO	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, no PL 43/90, o subprojeto/subatividade: Hospital Araújo Jorge de Goiânia-GO, a importância de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

FONTE DE CANCELAMENTO:
- 13.075.0431.2315.0001 - Aquisição e Distribuição de Insumos, Medicamentos Imunobiológicos, Soros e Reagentes.

JUSTIFICAÇÃO

A alocação de recursos para o Hospital Araújo Jorge de Goiânia, único hospital que se dedica exclusivamente ao tratamento do câncer naquela capital, é da maior relevância e urgência, tendo em vista o grande trabalho social desenvolvido pelo referido hospital a todas as camadas da população também do interior do Estado, que ali busca tratamento.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CDL PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		376	43/90	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

CREDITE

Ministério de Saúde - Código Orção 36.000
Subprojeto/Subatividade - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPURANGA-GO
Valor do Crédito: Cr\$ 100.000.000,00
Natureza da Despesa: Investimentos
Fonte: 496

TEXTO

Inclua-se no Programa de Trabalho do Ministério de Saúde, o Subprojeto/subatividade: AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPURANGA-GO, no valor de Cr\$.... 100.000.000,00 (Com milhões de cruzeiros).

JUSTIFICATIVA:

A ampliação de que trata esta emenda propiciará à população de Itapuranga-GO um atendimento médico mais eficiente, impossível, hoje, com as atuais instalações.

		Anexo 22/79	
		43-00076-2	
INSTRUÇÕES NO VERSO	ED. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		43/89	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

TERMO/AUTENTICAÇÃO
<u>CREDITE</u>
Ministério da Saúde: Código Orção 36.000
Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE ITAJÁ-GO
Valor do Crédito: Cr\$ 40.000.000,00
Natureza da Despesa: Investimento
Fonte: 496
<u>TEXTO</u>
Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE ITAJÁ-GO, no valor correspondente a Cr\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de cruzeiros).
<u>JUSTIFICATIVA</u>
A Criação do Posto de Saúde de que trata esta emenda vem propiciar à população do município de ITAJÁ-GO, o mínimo que o Estado poderia oferecer em termos de assistência de saúde.
Não se compreende hoje que numa cidade, por menor que seja, deixe de contar com um Posto de Saúde.

		Anexo 22/79	
		43-00078-9	
INSTRUÇÕES NO VERSO	ED. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		43/89	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

TERMO/AUTENTICAÇÃO
<u>CREDITE</u>
Ministério da Saúde: Código Orção 36.000
Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE CAHOEIRA ALTA-GO
Valor do Crédito: Cr\$ 40.000.000,00
Natureza da Despesa: Investimento
Fonte: 496
<u>TEXTO</u>
Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE CAHOEIRA ALTA - GO, no valor correspondente a Cr\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de cruzeiros).
<u>JUSTIFICATIVA</u>
A Criação do Posto de Saúde de que trata esta emenda vem propiciar à população do município de CAHOEIRA ALTA-GO, o mínimo que o Estado poderia oferecer em termos de assistência de saúde.
Não se compreende hoje que numa cidade, por menor que seja, deixe de contar com um Posto de Saúde.

		Anexo 22/79	
		43-00077-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	ED. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		43/89	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

TERMO/AUTENTICAÇÃO
<u>CREDITE</u>
Ministério da Saúde: Código Orção 36.000
Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE JANDAIA-GO
Valor do Crédito: Cr\$ 40.000.000,00
Natureza da Despesa: Investimento
Fonte: 496
<u>TEXTO</u>
Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE JANDAIA-GO, no valor correspondente a Cr\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de cruzeiros).
<u>JUSTIFICATIVA</u>
A Criação do Posto de Saúde de que trata esta emenda vem propiciar à população do município de JANDAIA-GO, o mínimo que o Estado poderia oferecer em termos de assistência de saúde.
Não se compreende hoje que numa cidade, por menor que seja, deixe de contar com um Posto de Saúde.

		Anexo 22/79	
		43-00079-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	ED. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		43/89	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

TERMO/AUTENTICAÇÃO
<u>CREDITE</u>
Ministério da Saúde: Código Orção 36.000
Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE AURILÂNDIA-GO
Valor do Crédito: Cr\$ 40.000.000,00
Natureza da Despesa: Investimento
Fonte: 496
<u>TEXTO</u>
Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DE AURILÂNDIA-GO, no valor correspondente a Cr\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de cruzeiros).
<u>JUSTIFICATIVA</u>
A Criação do Posto de Saúde de que trata esta emenda vem propiciar à população do município de AURILÂNDIA-GO, o mínimo que o Estado poderia oferecer em termos de assistência de saúde.
Não se compreende hoje que numa cidade, por menor que seja, deixe de contar com um Posto de Saúde.

43-00080-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	BOB. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO 43/90 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO	
CREDITE Ministério da Saúde- Código Orçao 36.000 Subprojeto/Subatividade - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAQUARI-GO Valor do Crédito: Cr\$ 100.000.000,00 Natureza da Despesa: Investimentos Fonte: 496 TEXTO Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/subatividade: AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAQUARI-GO, no valor de Cr\$. 100.000.000,00 (Cem milhões de cruzeiros). JUSTIFICATIVA: A ampliação de que trata esta emenda propiciará à população de Itaquari-GO um atendimento médico mais eficiente, impossível, hoje, com as atuais instalações. <div style="text-align: right;">RECEBEM 22/90</div> <div style="text-align: center;">43-00081-9</div>	
INSTRUÇÕES NO VERSO	BOB. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO 43/90 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

43-00082-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	BOB. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO 43/90 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO	
CREDITE Ministério da Saúde Cód. Orçao 36.000 Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE NIQUELANDIA-GO Valor do Crédito: Cr\$ 300.000.000,00 Natureza da Despesa: Investimentos Fonte: 496 TEXTO Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: Construção do Hospital Municipal de Niquelândia-GO, no valor correspondente a Cr\$ 300.000.000,00 (Trezentos milhões de cruzeiros). JUSTIFICATIVA A Construção do Hospital se insere nos propósitos do Estado de propiciar condições amplas de saúde à comunidade. Niquelândia se inclui entre os municípios mais importantes do Estado de Goiás, e a instalação, ali, de um Hospital, se constitui num ato de justiça, pois irá favorecer os mais necessitados, incluindo aí os pequenos e médios produtores. <div style="text-align: right;">43-00083-5</div>	
INSTRUÇÕES NO VERSO	BOB. PARLAMENTAR PROJETO DE LEI NÚMERO 43/90 PÁGINA 01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MAURO MIRANDA	GO	PMDB

TEXTO/AUTENTICAÇÃO	
CREDITE Ministério da Saúde Cód. Orçao 36.000 Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE ITAPURUA-GO Valor do Crédito: Cr\$ 300.000.000,00 Natureza da Despesa: Investimentos Fonte: 496 TEXTO Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: Construção do Hospital Municipal de ITAPURUA-GO, no valor correspondente a Cr\$ 300.000.000,00 (Trezentos milhões de cruzeiros). JUSTIFICATIVA A Construção do Hospital se insere nos propósitos do Estado de propiciar condições amplas de saúde à comunidade. Itapurua-GO se inclui entre os municípios mais importantes do Estado de Goiás, e a instalação, ali, de um Hospital, se constitui num ato de justiça, pois irá favorecer os mais necessitados, incluindo aí os pequenos e médios produtores. 	

TEXTO/AUTENTICAÇÃO	
CREDITE Ministério da Saúde Cód. Orçao 36.000 Subprojeto/Subatividade: CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE TAQUARAL-GO Valor do Crédito: Cr\$ 300.000.000,00 Natureza da Despesa: Investimentos Fonte: 496 TEXTO Inclui-se no Programa de Trabalho do Ministério da Saúde, o Subprojeto/Subatividade: Construção do Hospital Municipal de TAQUARAL-GO, no valor correspondente a Cr\$ 300.000.000,00 (Trezentos milhões de cruzeiros). JUSTIFICATIVA A Construção do Hospital se insere nos propósitos do Estado de propiciar condições amplas de saúde à comunidade. Taquaral-GO se inclui entre os municípios mais importantes do Estado de Goiás, e a instalação, ali, de um Hospital, se constitui num ato de justiça, pois irá favorecer os mais necessitados, incluindo aí os pequenos e médios produtores. 	

PARECER Nº 88, DE 1990-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 31, de 1990-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito especial no valor de Cr\$ 104.000.000,00, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento - Banco Central do Brasil".

Relator: Deputado Saulo Queiroz

I - Relatório

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 194, de 1990-CN (nº 737/90 na origem), o Projeto de Lei nº 31/90-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, Lei nº 31/90-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, crédito especial no valor de Cr\$ 104.000.000,00 (cento e quatro milhões de cruzeiros), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento - Banco Central do Brasil.

A exposição de motivos, que acompanha a Mensagem nº 194/90-CN, informa que o crédito relativo ao presente projeto de lei visa atender os serviços de edificação de instalações especiais para as atividades de meio circulante, nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, tendo em vista a precária situação de segurança. Essas atividades revestem-se de características especiais, por requererem condições de segurança máxima, envolvendo emissão, saneamento e guarda de valores, inclusive metais preciosos e diversos.

A programação inerente ao projeto de lei em epígrafe, a nível de sub-projeto, é a seguinte:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
FAZENDA E PLANEJAMENTO -
BANCO CENTRAL DO BRASIL

- Instalações para guarda e segurança do meio circulante Cr\$ 104.000.000,00

O crédito solicitado será atendido com o excesso de arrecadação dos recursos de Operações de Autoridade Monetária, de acordo com o art. 41, inciso II, e art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

É o relatório.

II - Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 31/90, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 1990. - Deputado Cid Carvalho, Presidente
Deputado Saulo Queiroz, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Orçamento em reunião extraordinária realizada em 7 de novembro de 1990, aprovou o Parecer do Relator, Deputado Saulo Queiroz, favorável ao Projeto de Lei nº 31/90-CN, nos termos propostos pela Mensagem nº 194/90, contra o voto da Deputada Irma Passoni. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados: Cid Carvalho, Presidente; Ziza Valadares, Segundo Vice-Presidente; José Luiz Maia, Terceiro Vice-Presidente; Nilson Gibson, Lúcia Vânia, José Geraldo, Jorge Arbage, Irma Passoni, Mauro Miranda, José Carlos Vasconcellos, César Maia, Miro Teixeira, Lúcio Alcântara, Ubiratan Aguiar, Genivaldo Correia, João Alves, José Dutra, Gidel Dantas, Felipe Mendes, José Serra, Maria de Lourdes Abadia, José Jorge, Saulo Queiroz, Salatiel Carvalho, Ezio Ferreira, Anna Maria Rattes, Darcy Deitos, Roberto Balesstra, Victor Fontana, João Paulo, Renato Vianna, Miraldo Go-

mes, Santinho Furtano, José Luiz de Sá, Marcos Lima, Eraldo Tinoco, Marcos Queiroz, Osvaldo Coelho, Fábio Raunheiti, Abigail Feitosa, Simão Sessim, Francisco Küster, José Maranhão e Israel Pinheiro; e os Senhores Senadores: Chagas Rodrigues, João Calmon, Nabor Júnior, Lourenberg Nunes Rocha, Mansueto de Lavour, Ronaldo Aragão, Jorge Bornhausen, Marcio Lacerda, Pompeu de Sousa, Ruy Bacelar, Severo Gomes e Márcio Berezoski.

Sala de Reunião, 7 de novembro de 1990. - Deputado Cid Carvalho, Presidente
Deputado Saulo Queiroz, Relator.

PARECER Nº 89, DE 1990-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 36, de 1990-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, créditos adicionais no valor de Cr\$ 304.934.000,00 (trezentos e quatro milhões e novecentos e trinta e quatro mil cruzeiros), em favor das Secretarias da Cultura e Ciência e Tecnologia da Presidência da República.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado José Jorge

I - Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 36, de 1990 - CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, créditos adicionais no montante de Cr\$ 304.934.000,00 (trezentos e quatro milhões e novecentos e trinta e quatro mil cruzeiros), em favor das Secretarias da Cultura e Ciência e Tecnologia, da Presidência da República, conforme especificado a seguir:

1 - Crédito Suplementar	Cr\$ 300.256.000,00
*****	*****
a) Secretaria da Cultura	Cr\$ 171.976.000,00
- 40.107 Secretaria da Cultura	Cr\$ 67.815.000,00
- 40.403 Fundação Casa de Rui Barbosa ...	Cr\$ 730.000,00
- 40.405 Fundação Nacional de Arte	Cr\$ 20.000,00
- 40.408 Fundação Nac. de Artes Cênicas ..	Cr\$ 64.961.000,00
- 40.409 Fundação Nacional Pró-Memória ..	Cr\$ 33.287.000,00
- 40.410 Fundação Nacional Pró-Leitura ..	Cr\$ 3.763.000,00
- 40.915 Fundo de Promoção Cultural	Cr\$ 1.400.000,00
b) Secretaria da Ciência e Tecnologia	Cr\$ 128.280.000,00

- 40.108 Secret. da Ciência e Tecnologia	Cr\$ 54.006.000,00
- 40.501 Conselho Nac. de Desenvolvimento Cient. e Tecnológico	Cr\$ 67.374.000,00
- 40.906 Fundo p/as Ativ. de Informática	Cr\$ 1.100.000,00
- 40.908 Fundo de Ativ. Espaciais	Cr\$ 5.800.000,00
2 - Crédito Especial	Cr\$ 4.678.000,00
a) Secretaria da Cultura	Cr\$ 4.678.000,00
- 40.403 Fundação Casa de Rui Barbosa ...	Cr\$ 2.825.000,00
- 40.410 Fundação Nacional Pró-Leitura ..	Cr\$ 1.853.000,00
3 - Créditos Adicionais (1 + 2)	Cr\$ 304.934.000,00

COMISSÃO MISTA PERMANENTE

O Poder Executivo oferece como fonte, a realização do programa de trabalho das unidades orçamentárias acima especificadas, o cancelamento das dotações inicialmente fixadas para as mesmas unidades, atualizadas pela Unidade de Referência Orçamentária relativa ao mês de março de 1990.

Trata o presente projeto, tão-somente de ajustar as dotações orçamentárias pertencentes a esses órgãos, quanto às despesas de capital e outras correntes, às suas novas prioridades.

É o relatório.

II - Emendas

Foram apresentadas 7 emendas, de autoria dos Senhores Deputados Marcos Queiroz, Max Rosenmann e Paes Landim. Todas solicitando inclusão no programa de Trabalho da Secretaria da Cultura de projetos e atividades novos ao orçamento de 1990.

Em que pese o mérito das iniciativas, considerando que são legítimas e relevantes as preocupações apresentadas pelos nobres parlamentares, sou pela rejeição uma vez inexistir tempo hábil para realização dos novos projetos/atividades neste exercício financeiro.

III - Voto

Ante o exposto, sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 36, de 1990-CN, nos termos da mensagem presidencial.

É o voto.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1990. - Deputado José Jorge, Relator. - Deputado Cid Carvalho, Presidente.

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Conclusão

A Comissão Mista de Orçamento em reunião extraordinária rea-

lizada em 7 de novembro de 1990, aprovou o parecer do Relator, Deputado José Jorge, favorável ao Projeto de Lei nº 36/90-CN, nos termos propostos pela Mensagem nº 199/90-CN, contra o voto da Deputada Irma Passoni. As emendas apresentadas foram rejeitadas.

Compareceram os Senhores Deputados: Cid Carvalho, Presidente; Ziza Valadares, Segundo Vice-Presidente; José Luiz Maia, Terceiro Vice-Presidente; Nilson Gibson, Lucia Vânia, José Geraldo, Jorge Arbage; Irma Pasoni, Mauro Miranda, José Carlos Vasconcelos, César Maia, Miro Teixeira, Lúcio Alcântara, Ubiratan Aguiar, Genebaldo Correia, João Alves, José Dutra, Gidel Dantas, Felipe Mendes, José Serra, Maria de Lourdes Abadia, José Jorge, Saulo Queiroz, Salatiel Carvalho, Ezio Ferreira, Anna Maria Rattes, Darcy Deitos, Roberto Balestra, Victor Fontana, João Paulo, Renato Vianna, Miraldo Gomes, Santinho Furtado, José Luiz de Sá, Marcos Lima, Eraldo Tinoco, Marcos Queiroz, Osvaldo Coelho, Fábio Raunheiti, Abigail Feitosa, Simão Sessim, Francisco Küster, José Maranhão e Israel Pinheiro; e os Senhores Senadores: Chagas Rodrigues, João Calmon, Nabor Júnior, Lourenberg Nunes Rocha, Mansueto de Lavor, Ronaldo Aragão, Jorge Bornhausen, Marcio Lacerda, Pompeu de Souza, Ruy Bacelar, Severo Gomes e Marcio Berezoski.

Sala de Reunião, 7 de novembro de 1990. - Deputado Cid Carvalho, Presidente. - Deputado José Jorge, Relator.

PARECER Nº 90, DE 1990-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 37 de 1990-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.120.000,00, para os fins que especifica".

Relator: Deputado Darcy Deitos

I - Relatório

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 203, de 1990-CN (nº 751/90 na origem), o Projeto de Lei nº 37-CN, de 1990, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.120.000,00 (seis milhões, cento e vinte mil cruzeiros) em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, destinado à aquisição de Vale Transporte e à Manutenção do Ensino".

O Projeto de Lei nº 37, de 1990-CN, em seu Anexo II, indica a anulação parcial dos recursos destinados à subatividade "Transporte Contratado", no valor de Cr\$ 6.120.000,00, e no Anexo I indica a suplementação das subatividades "Auxílio Vale Transporte", no valor de Cr\$ 1.339.000,00, e "Coordenação e Manutenção de Ensino", no valor de Cr\$ 4.781.000,00, oriunda daquele cancelamento. Trata-se, portanto, de abertura de crédito suplementar à conta de remanejamento de dotação na própria Unidade Orçamentária, amparada pela Lei nº 4.320, art. 43, § 1º, inciso II e art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal.

O Vale Transporte, instituído pela Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, em seu art. 1º, § 1º, equipara os servidores públicos da Administração Federal direta e indireta ao trabalhador de que trata o caput do mesmo artigo. A concessão desse benefício aos servidores do Estado-Maior das Forças Armadas vem, então, corroborar os propósitos das novas medidas adotadas pelo atual Governo, conforme dispõe o Decreto nº 99.178, de 16-3-90, que tem por escopo a redução dos gastos públicos.

É o relatório.

II - Voto do Relator

Diante do exposto e não tendo sido oferecidas emendas ao projeto, lei somos pela sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão 7 de novembro de 1990. - Deputado **Darcy Deitos**, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Orçamento em reunião extraordinária realizada em 7 de novembro de 1990, aprovou o parecer do Relator, Deputado **Darcy Deitos**, favorável ao Projeto de Lei nº 37/90-CN, nos termos propostos pela Mensagem nº 203/90-CN, contra o voto da Deputada **Irma**

Passoni. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados: **Cid Carvalho**, Presidente; **Ziza Valadares**, Segundo Vice-Presidente; **José Luiz Maia**, Terceiro Vice-Presidente; **Nilson Gibson**, **Lucia Vânia**, **José Geraldo**, **Jorge Arbage**, **Irma Passoni**, **Mauro Miranda**, **José Carlos Vasconcelos**, **César Maia**, **Miro Teixeira**, **Lúcio Alcântara**, **Ubiratã Aguiar**, **Genebaldo Correia**, **João Alves**, **José Dutra**, **Gidel Dantas**, **Felipe Mendes**, **José Serra**, **Maria de Lourdes Abadia**, **José Jorge**, **Saulo Queiroz**, **Salatieri Carvalho**, **Ézio Ferreira**, **Anna Maria Rattes**, **Darcy Deitos**, **Roberto Bailestra**, **Victor Fontana**, **João Pau-**

lo, **Renato Vianna**, **Miraldo Gomes**, **Santinho Furtado**, **José Luiz de Sá**, **Marcos Lima**, **Eraldo Tinoco**, **Marcos Queiroz**, **Osvaldo Coelho**, **Fábio Raunheiti**, **Abigail Feitosa**, **Simão Sessim**, **Francisco Küster**, **José Maranhão** e **Israel Pinheiro**; e os Senhores Senadores: **Chagas Rodrigues**, **João Calmon**, **Nabor Júnior**, **Lourenberg Nunes Rocha**, **Mansueto de Lavor**, **Ronaldo Aragão**, **Jorge Bornhausen**, **Marcio Lacerda**, **Pompeu de Sousa**, **Ruy Bacelar**, **Severo Gomes** e **Márcio Berezoski**.

Sala de Reunião, 7 de novembro de 1990. - Deputado **Cid Carvalho**, Presidente; Deputado **Darcy Deitos**, Relator.

SUMÁRIO

1 - ATA DA 87ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Comunicações da Presidência

Perda da eficácia das seguintes Medidas Provisórias:

- Nº 244/90, que estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares, e dá outras providências.

- Nº 246/90, que institui normas para a defesa da concorrência, e dá outras providências.

- Designação da comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 265/90, que estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares, e dá outras providências, editada pelo Senhor Presidente da República, e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

1.2.2 - Leitura de Mensagens Presidenciais

- Nº 227/90-CN (nº 786/90, na origem), comunicando haver vetado, parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 42/90, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.

- Nº 228/90-CN (nº 802/90, na origem), comunicando haver vetado, parcialmente o Projeto de Lei nº 14/90-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais de Cr\$ 1.598.225.000,00, para os fins que especifica.

1.2.3 - Comunicação da Presidência

- Designação das comissões mistas incumbidas de relatar os vetos anteriormente anunciados.

1.2.4 - Leitura de Mensagem Presidencial

- Nº 233/90-CN (nº 818/90, na origem), solicitando a retirada das Mensagens nºs 604 e 693 (Projetos de Lei nºs 17 e 25/90-CN), de 15 de agosto e 26 de setembro, respectivamente. **Deferida**.

1.3 - ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 256, de 26 de outubro de 1990, que dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum**.

Medida Provisória nº 250, de 19 de outubro de 1990, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum**.

Medida Provisória nº 254*, de 24 de outubro de 1990, que dispõe sobre as funções

de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum**.

Medida Provisória nº 252, de 25 de outubro de 1990, que transfere para o Banco Central do Brasil a responsabilidade pelo passivo em cruzados novos das instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum**.

Medida Provisória nº 253, de 24 de outubro de 1990, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00, para os fins que especifica. **Apreciação adiada por falta de quorum**.

Medida Provisória nº 254, de 24 de outubro de 1990, que altera disposições do Código de Processo Penal Militar e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum**.

Medida Provisória nº 255, de 24 de outubro de 1990, que transforma funções do Grupp-Direção e Assistência Intermediárias em funções de Direção Intermediária e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1990 (nº 2.570/89,

na origem), que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de Impostos de Importação e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1989, que fixa os valores de retribuição da categoria

funcional de agente de vigilância e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985 (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações no Código Penal. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que facilita aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economista Doméstico, regula seu funcionamento e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboa-tão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/80;

na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/80, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan.

Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a apreciação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais da Saúde. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1989 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo a Semana do Deficiente Físico, a cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - ECT, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº

25. de 1990 (nº 2.036/89, na origem), que determina a indicação ao prazo de prescrição nos títulos de créditos (cambiais). **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1990 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 83 (nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem) que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1990 (nº 3.065/89, na origem) que dispõe sobre a extinção de recursos **ex officio**.

Apreciação adiada por falta de quorum.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1990 (nº 3.110/89, na origem), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1986 (nº 1.045/83, na origem), que inclui o fotógrafo no Quadro de atividades e Profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/90, na origem), que dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de quorum.

1.3.1 - Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos.

2 - ATAS DE COMISSÕES MISTAS

Ata da 87ª Sessão Conjunta, em 20 de novembro de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Iram Saraiva

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior - Aureo Mello - Odacir Soares - João Menezes - Almir Gabriel - Oziel Carneiro - Antonio Luiz Maya - Chagas Rodrigues - Hugo Napoleão - Afonso Sancho - Cid Sabóia de Carvalho - Mauro Benevides - Marcondes Gadelha - Raimundo Lira - Ney Maranhão - Mansueto de Lacerda - João Lyra - João Nascimento - Francisco Rollemberg - Lourival Baptista - Jutahy Magalhães - Ruy Bacerlar - Gerson Camata - João Calmon - Hydekel Freitas - Alfredo Campos - Ronan Tito - Maurício Corrêa - Severo Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Mário Covas - Iram Saraiva - Antônio Alves - Pompeu de Sousa - Meira Filho - Roberto Campos - Lourenberg Nunes Rocha - Márcio Lacerda - Mendes Canale - Rachid Saldanha Derzi - Wilson Martins - Leite Chaves - Affonso Camargo - Jorge Bornhausen - Márcio Berezoski -

Nelson Wedekin - Alberto Hoffmann - José Paulo Bisol.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Maria Lúcia - PMDB; Narciso Mendes - PFL; Nossier Almeida - PDS.

Amazonas

Bernardo Cabral - S/P; Carriel Benevides - PTB; Ezio Ferreira - PFL; José Dutra - PMDB; José Fernandes - PST; Sadie Hauache - PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins - PSDB; Rita Furtado - PFL

Pará

Aloysio Chaves - PFL.

Maranhão

Cid Carvalho - PMDB; Enoc Vieira - PFL; Eurico Ribeiro -

PRN; Francisco Coelho - PDC; Haroldo Sabóia - PDT; Onofre Correa - PMDB; Vieira da Silva - PDS; Wagner Lago - PDT.

Piauí

Felipe Mendes - PDS; José Luiz Maia - PDS; Manuel Domingos - PC do B; Paes Landim - PFL.

Ceará

Bezerra de Melo - PMDB; Carlos Benevides - PMDB; César Cals Neto - PSD; Etevaldo Nogueira - PFL; Flavio Marcilio - PDS; Furtado Leite - PFL; Gidel Dantas - PDC; José Lins - PFL; Lúcio Alcântara - PDT; Mauro Sampaio - PSDB; Moema São Thiago - PSDB; Raimundo Bezerra - PMDB; Ubiratan Aguiar - PMDB.

Rio Grande do Norte

Flávio Rocha - PRN.

Paraíba

Agassiz Almeida - PMDB; Aluizio Campos - PMDB; Edme Tava-

res - PFL; Evaldo Gonçalves - PFL.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima - PSDB; Fernando Bezerra Coelho - PMDB; Gonzaga Patriota - PDT; José Carlos Vasconcelos - PRN; José Jorge - PFL; José Mendonça Bezerra - PFL; Marcos Queiroz - PMDB; Nilson Gibson - PMDB; Osvaldo Coelho - PFL; Oswaldo Lima Filho - PMDB; Ricardo Fiuza - PFL; Salatiel Carvalho - PFL; Wilson Campos - PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro - PFL; Renan Calheiros - PRN.

Bahia

Abigail Feitosa - PSB; Ângelo Magalhães - PFL; Benito Gama - PFL; Carlos Sant'Anna - PMDB; Celso Dourado - PSDB; Fernando Santana - PCB; Genebaldo Correia - PMDB; Haroldo Lima - PC do B; João Alves - PFL; João Carlos Bacelar - PMDB; Jorge Medauar - PMDB; Jorge Vianna - PMDB; José Lourenço - PDS; Jutahy Júnior - PSDB; Leir Lomanto - PFL; Luiz Eduardo - PFL; Manoel Castro - PFL; Milton Barbosa - PFL; Prisco Vianna - PMDB; Sérgio Brito - PDC; Uldurico Pinto - PSD; Virgildásio de Senna - PSDB; Waldeck Ornêlas - PFL.

Espírito Santo

Nyder Barbosa - PMDB; Rita Camata - PMDB; Stélio Dias - PFL.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle - PL; Amaral Netto - PDS; Anna Maria Rattes - PSDB; Brandão Monteiro - PDT; Candido Mendes - PSDB; Dado Coimbra - PRN; Fabio Rauhneitti - PTB; Feres Nader - PTB; Flávio Palmier da Veiga - PRN; Francisco Dornelles - PFL; José Luiz de Sá - PL; Lyssaneas Maciel - PDT; Miro Teixeira - PDT; Roberto Jefferson - PTB; Rubem Medina - PRN; Sandra Cavalcanti - PFL.

Minas Gerais

Alysson Paulinelli - PFL; Célio de Castro - PSB; Chico Humberto - PST; Christóvam Chiaradia - PFL; Elias Murad - PSDB; Humberto Souto - PFL; João Paulo - PT; José Geraldo - PL; Lael Varella - PFL; Marcos Lima - PMDB; Milton Reis - PTB; Oscar Corrêa - PFL; Ronaro Corrêa - PFL; Ziza Valadares - PSDB.

São Paulo

Agripino de Oliveira Lima - PFL; Aristides Cunha - PDC;

Arnaldo Faria de Sá - PRN; Cunha Bueno - PDS; Eduardo Jorge - PT; Fernando Gasparian - PMDB; Francisco Amaral - PMDB; Geraldo Alckmin Filho - PSDB; Gumercindo Milhomem - PT; Irma Passoni - PT; Manoel Moreira - PMDB; Nelson Seixas - PSDB.

Goiás

Aldo Arantes - PC do B; Antonio de Jesus - PMDB; Délio Braz - PMDB; Fernando Cunha - PMDB; Jalles Fontoura - PFL; João Natal - PMDB; Lúcia Vânia - PMDB; Maguito Vilela - PMDB; Mauro Miranda - PMDB; Roberto Balestra - PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho - PCB; Francisco Carneiro - PTR; Geraldo Campos - PSDB; Jofran Frejat - PFL; Maria de Lourdes Abadia - PSDB; Sigmaringa Seixas - PSDB; Valmir Campelo - PTB.

Mato Grosso

Joaquim Sucena - PTB; Jonas Pinheiro - PFL; Rodrigues Palma - PTB; Ubiratan Spinelli - PDS.

Mato Grosso do Sul

José Elias - PTB; Levy Dias - PST; Rosário Congro Neto - PSDB; Saulo Queiroz - PSDB.

Paraná

Alarico Abib - PMDB; Euclides Scalco - PSDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna - PMDB; Antônio Carlos Konder Reis - PDS; Artênio Werner - PDS; Eduardo Moreira - PMDB; Francisco Küster - PSDB; Ivo Vanderlinde - PMDB; Ruberval Pilotto - PDS; Walmor de Luca - PMDB.

Rio Grande do Sul

Amáury Müller - PDT; Arnaldo Prieto - PFL; Erico Pegoraro - PFL; João de Deus Antunes - PDS; Luís Roberto Ponte - PMDB; Nelson Jobim - PMDB; Ruy Nedei - PSDB; Tarso Genro - PT.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiwa) - As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 168 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações (Pausa)

Esgotou-se no dia 14 do corrente mês o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constitui-

ção, sem que tenham sido transformadas em lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, as Medidas Provisórias n.ºs 244, de 12 de outubro de 1990, e 246, de 13 de outubro de 1990, que "estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares, e dá outras providências", e que "institui normas para a defesa da concorrência, e dá outras providências", respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiwa) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória n.º 265, de 14 de novembro de 1990, que estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Cid Sabóia de Carvalho

Nabor Júnior

Ruy Bacelar

Jorge Bornhausen

Pompeu de Sousa

José Paulo Bisol

Antônio Luiz Maya

Suplentes

Aluizio Bezerra

João Calmon

Mauro Benevides

Odacir Soares

Chagas Rodrigues

Afonso Camargo

Carlos Patrocínio

DEPUTADOS

Titulares

Ubiratan Aguiar

Carlos Santanna

Paulo Sidnei

Francisco Dornelles

Sandra Cavalcante

Cândido Mendes

Haroldo Lima

Suplentes

Rita Camata
 Délio Braz
 Harlan Gadelha
 Eraldo Tinoco
 José Queiroz
 Hermes Zanetti
 Lídice da Mata

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 20/11 — Designação da Comissão Mista.

Dia 21/11 — Instalação da Comissão Mista.

Até 23/11 — Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Dia 1º/12 — Prazo final da Comissão Mista.

Dia 16/12 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiwa) — Sobre a mesa, mensagens presidenciais que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário

São lidas as seguintes

MENSAGEM Nº 227, DE 1990-CN

(Nº 786/90, na origem)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990 (Medida Provisória nº 237/90), na origem, que "dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências".

Os dispositivos ora vetados, que contrariam o interesse público, são os seguintes.

I — Artigo 4º

"Art. 4º Os recursos repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, na forma prevista no § 1º do art. 239 da Constituição Federal, e os saldos devedores dos financiamentos a que se destinam serão corrigidos mensalmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor — IPC; à exceção dos meses de abril e maio de 1990, em que a

correção será efetuada com base na variação em relação ao mês anterior, do valor nominal do Bônus do Tesouro Nacional — BTN "

Parágrafo Único. No caso de empréstimos liquidados ou amortizados após 1º de abril de 1990, o agente financeiro deverá recalculer o saldo devedor obedecendo ao critério estabelecido por este artigo, ressarcindo o mutuário no caso de eventual diferença."

Razões do Veto

A mudança do indexador nos meses de abril e maio de 1990 para os recursos repassados ao BNDES, na forma prevista no § 1º do art. 239 da Constituição Federal, e o saldo devedor dos financiamentos concedidos com estes recursos resultam em importante prejuízo aos programas de assistência ao trabalhador, já que os mesmos constituem, em última instância, ativos do FAT — Fundo de Assistência ao Trabalhador.

II — Artigos 5º e 6º

"Art. 5º Nas operações de crédito rural, lastreadas em recursos não oriundos de depósitos de caderneta de poupança rural, poderá o mutuário optar pela atualização monetária do saldo devedor e respectivas prestações, nos meses de abril e maio de 1990, com base na variação, em relação ao mês anterior, do valor nominal do Bônus do Tesouro Nacional — BTN.

Art. 6º Nas operações de crédito rural, lastreadas em recursos oriundos de depósitos de caderneta de poupança rural, poderá o mutuário optar pela atualização monetária do saldo devedor e respectivas prestações, no mês de abril de 1990, pelo acréscimo de setenta e quatro vírgula seis por cento e, no mês de maio de 1990, pela variação do valor nominal do BTN de maio de 1990, em relação ao seu valor em abril de 1990 "

— Razões do Veto

O tratamento diferenciado que tais artigos pretendem dispensar ao setor produtivo neles referido não se ampara em justificativa consistente.

III — Artigo 7º

"Art. 7º Nas operações de crédito a que se referem os arts. 5º e 6º supra, liquidados ou amortizados após 1º de abril de 1990, o agente financeiro deverá recalculer o saldo devedor, obedecendo ao critério estabelecido por aqueles

artigos, ressarcindo o mutuário no caso de eventual diferença."

Razões do Veto

Com o veto constante do item anterior, perde significado a permanência de disposição desse teor, dependente da existência daqueles dois artigos vetados, o 5º e o 6º.

IV — Artigo 12 e o parágrafo 1º do artigo 14

"Art. 12. A partir de dez dias antes de cada prazo definido no § 1º do art. 5º, § 1º do art. 6º e § 1º do art. 7º da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, para a conversão de recursos denominados em cruzados novos, os valores correspondentes terão efeito liberatório pleno para pagamento de tributo federal, pelo titular ou pelo beneficiário da transferência de titularidade, passível para os fins aqui previstos.

§ 1º do art. 14. Os depósitos em cruzados novos são passíveis de transferência de titularidade, quando se destinarem, expressamente, ao pagamento de que trata o caput deste artigo."

Razões do Veto

Representaria evidente risco ao necessário controle da política monetária a transferência de titularidade, entre terceiros, de cruzados novos retidos junto ao Banco Central do Brasil.

V — Parágrafo 4º e 5º do artigo 18

"§ 4º O imposto a que se refere este artigo não incidirá sobre as operações financeiras realizadas por órgão de Direito Público da Administração Direta.

§ 5º O imposto de que trata este artigo, quando arrecadado dos órgãos referidos no parágrafo anterior, a partir de 2 de julho de 1990, será devolvido pelo Governo Federal através de seu agente arrecadador no prazo máximo de quarenta e cinco dias, atualizado monetariamente pela variação do valor do BTN Fiscal verificada entre a data do recolhimento do imposto e a data da efetiva devolução."

Razões do Veto

Trata-se de isenção da cobrança de imposto sobre as aplicações financeiras das pessoas jurídicas de Direito Público na Administração Direta. Ressalte-se que a proibição de

que trata o art. 150 da Constituição Federal refere-se somente a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Código Tributário Nacional classifica o IOF no capítulo que dispõe sobre os impostos incidentes sobre a produção e circulação. Não há, portanto, razão para se diferenciar, o tratamento tributário das aplicações financeiras dos entes da Federação, como pretende o projeto de conversão daquele aplicável aos investimentos dos demais contribuintes."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 31 de outubro de 1990. — **Fernando Collor**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(*) PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 42, DE 1990

Dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, emitidas anteriormente a 15 de janeiro de 1989 (art. 6º do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986) e do Bônus do Tesouro Nacional — BTN será atualizado, no primeiro dia de cada mês, pelo Índice de Reajuste de Valores Fiscais — RVF, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, de acordo com metodologia estabelecida em Portaria do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

Parágrafo Único. O valor do BTN Fiscal do primeiro dia útil de cada mês corresponderá ao valor do BTN fixado para o mesmo mês.

Art. 2º Os depósitos de poupança, em cada período de rendimento, serão atualizados monetariamente pela variação do valor nominal do BTN e renderão juros de cinco décimos por cento ao mês.

§ 1º A atualização monetária e os juros serão calculados sobre o menor saldo diário apresentado em cada período de rendimento

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-

se período mínimo de rendimento:

a) para os depósitos de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, o mês corrido a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança; e

b) para os demais depósitos, o trimestre corrido a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança.

§ 3º A data de aniversário da conta de depósito de poupança será o dia do mês de sua abertura, considerando-se a data de aniversário das contas abertas nos dias 29, 30 e 31 como o dia 1º do mês seguinte.

§ 4º A atualização monetária de que trata este artigo será computada mediante a aplicação da variação do valor nominal do BTN verificada

a) para os depósitos de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, no mês imediatamente anterior ao do crédito de rendimentos; e

b) para os demais depósitos, no trimestre encerrado no mês imediatamente anterior ao do crédito de rendimentos.

§ 5º — O crédito da atualização monetária e dos juros será efetuado:

a) mensalmente, na data de aniversário da conta, para os depósitos de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos;

b) trimestralmente, na data de aniversário no último mês do trimestre, para os demais depósitos.

§ 6º A taxa de juros fixada no caput deste artigo aplica-se aos depósitos de poupança livre e rural, devendo para as demais modalidades prevalecer aquela estabelecida na legislação e atos normativos específicos.

Art. 3º O disposto no artigo anterior aplica-se ao crédito de rendimentos realizado a partir do mês de junho de 1990, inclusive.

Art. 4º Os recursos repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, na forma prevista no § 1º do art. 239 da Constituição Federal, e os saldos devedores dos financiamentos a que se destinam serão corrigidos, mensalmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor — IPC; à exceção dos meses de abril e maio de 1990, em que a correção será efetuada com base na variação, em relação ao mês anterior, do valor no-

минаl do Bônus do Tesouro Nacional — BTN.

Parágrafo Único. No caso de empréstimos liquidados ou amortizados após 1º de abril de 1990, o agente financeiro deverá recalculá-lo o saldo devedor obedecendo ao critério estabelecido por este artigo, ressarcindo o mutuário no caso de eventual diferença.

Art. 5º Nas operações de crédito rural, lastreadas em recursos não oriundos de depósitos de caderneta de poupança rural, poderá o mutuário optar pela atualização monetária do saldo devedor e respectivas prestações, nos meses de abril e maio de 1990, com base na variação, em relação ao mês anterior, do valor nominal do Bônus do Tesouro Nacional — BTN.

Art. 6º Nas operações de crédito rural lastreadas em recursos oriundos de depósitos de caderneta de poupança rural, poderá o mutuário optar pela atualização monetária do saldo devedor e respectivas prestações, no mês de abril de 1990, pelo acréscimo de setenta e quatro vírgula seis por cento, e no mês de maio de 1990, pela variação do valor nominal do BTN de maio de 1990, em relação ao seu valor em abril de 1990.

Art. 7º Nas operações de crédito a que se referem os arts. 5º e 6º supra, liquidadas ou amortizadas após 1º de abril de 1990, o agente financeiro deverá recalculá-lo o saldo devedor obedecendo ao critério estabelecido por aqueles artigos, ressarcindo o mutuário no caso de eventual diferença.

Art. 8º É autorizado o pagamento, em cruzados novos, do valor de aquisição de bens imóveis de propriedade da União e de suas autarquias.

§ 1º O produto da alienação dos bens de que trata este artigo será obrigatoriamente utilizado no resgate de títulos da dívida pública federal, preferencialmente junto ao Banco Central do Brasil.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao produto da venda dos bens imóveis previstos nas Leis nºs 8.011, de 4 de abril de 1990, e 8.025, de 12 de abril de 1990.

§ 3º O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento regulamentará o disposto neste artigo, podendo autorizar a transferência de titularidade de cruzados novos para aquisição dos bens a que se refere o caput deste artigo.

Art. 9^a. Dê-se no art. 18 da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, a seguinte redação:

"Art. 18. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento poderá:

I - reduzir cada um dos prazos e elevar cada um dos limites estabelecidos nos arts. 5^o, 6^o e 7^o da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990;

II - autorizar leilões de conversão antecipada em cruzeiros, de direitos expressos em cruzados novos, em função de objetivos da política monetária e conveniência em ser ampliada a liquidez da economia."

Art. 10. As conversões a que se referem o § 1^o do art. 5^o, § 1^o do art. 6^o, § 1^o do art. 7^o e art. 10 da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, far-se-ão, em qualquer hipótese, na moeda que tiver curso forçado e poder liberatório pleno à época de sua vigência, sendo vedada a restituição compulsória em títulos da dívida pública ou em qualquer outro título financeiro.

Art. 11. É o Banco Central do Brasil autorizado a instituir uma modalidade de caderneta de poupança vinculada, nas seguintes condições:

I - para cada valor em cruzeiros depositado durante o prazo mínimo de dez meses, será assegurada, ao término desse prazo, a conversão de idêntico valor de cruzados novos, daqueles recolhidos ao Banco Central, na forma do art. 9^a da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, em nome do titular da conta;

II - aplicar-se-ão à caderneta de poupança de que trata este artigo todas as demais condições de remuneração e prazo válidas para os depósitos de poupança livre.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil estabelecerá as demais condições relativas às cadernetas de poupança referidas no caput deste artigo, bem como disciplinará o direcionamento dos recursos captados, os quais deverão ser preferencialmente utilizados para cobertura dos saldos devedores das instituições financeiras junto ao Banco Central do Brasil.

Art. 12. A partir de dez dias antes de cada prazo definido no § 1^o do art. 5^o, § 1^o do art. 6^o e § 1^o do art. 7^o da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990, para a conversão de recursos denominados em cruzados novos, os valores correspondentes terão efeito libera-

tório pleno para pagamento de tributo federal, pelo titular ou pelo beneficiário da transferência de titularidade, passível para os fins aqui previstos.

Art. 13. É autorizado, a partir de 13 de setembro de 1990, o pagamento integral, em cruzados novos, de saldo devedor inclusive de parcelas atrasadas, de mutuários junto ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH, desde que seja efetuado em parcela única e o contrato esteja enquadrado nas condições da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990.

§ 1^o Nos casos em que a propriedade do imóvel habitacional financiado por instituição integrante do SFH seja comum a mais de uma pessoa, admitir-se-á a utilização de saldos em cruzados novos de titularidade dos co-proprietários, para a finalidade indicada neste artigo.

§ 2^o Poderão ser utilizados para a finalidade e nas condições previstas neste artigo, observada a legislação pertinente, os saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS do proprietário ou co-proprietário do imóvel.

§ 3^o Os recursos em cruzados novos recebidos pelas instituições financeiras na quitação das dívidas de que trata este artigo:

I - ficarão depositados em nome da instituição financeira, no Banco Central do Brasil, e convertidos em cruzeiros, a partir de 16 de setembro de 1991, em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas;

II - serão atualizados monetariamente pela variação do BTN Fiscal, a partir da data de quitação da dívida junto ao agente financeiro, acrescido de juros equivalentes a seis por cento ao ano ou fração pro rata;

III - não poderão ser utilizados no recolhimento de cruzados novos ao Banco Central do Brasil, para os fins previstos no art. 9^a da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990;

IV - terão titularidade transferida à Caixa Econômica Federal, até o limite recebido dos mutuários, no caso de quitação de contratos celebrados com recursos de repasses ou refinanciamentos do extinto Banco Nacional da Habitação, observando o disposto nas alíneas anteriores.

Art. 14. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

poderá autorizar, para quaisquer contratos de financiamento habitacional, a utilização de cruzados novos na quitação de saldo devedor de mutuários junto ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH.

§ 1^o Os depósitos em cruzados novos são passíveis de transferência de titularidade, quando se destinarem, expressamente, ao pagamento de que trata o caput deste artigo.

§ 2^o Os recursos em cruzados novos recebidos pelas instituições financeiras na quitação das dívidas de que trata este artigo:

I - ficarão depositados em nome da instituição financeira, no Banco Central do Brasil, e convertidos em cruzeiros, a partir de 16 de setembro de 1991, em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas;

II - serão atualizados monetariamente pela variação do BTN Fiscal, a partir da data de quitação da dívida junto ao agente financeiro, acrescidos de juros equivalentes a seis por cento ao ano ou fração pro rata;

III - não poderão ser utilizados no recolhimento de cruzados novos ao Banco Central do Brasil, para os fins previstos no art. 9^a da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.

Art. 15. Os §§ 1^o e 2^o do art. 5^o, os §§ 1^o e 2^o do art. 6^o e os §§ 1^o e 2^o do art. 7^o da Lei nº 8.024, de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5^a

§ 1^o As quantias que excederem o limite fixado no caput deste artigo serão convertidos, a partir de 16 de setembro de 1991, em doze parcelas mensais iguais e sucessivas, segundo a paridade estabelecida no § 2^o do art. 1^o desta lei.

§ 2^o As quantias mencionadas no parágrafo anterior serão atualizadas monetariamente pela variação do BNT Fiscal, verificada entre o dia 19 de março de 1990 e a data do efetivo pagamento das parcelas referidas no dito parágrafo, acrescidas de juros equivalentes a seis por cento ao ano ou fração pro rata.

Art. 6^a

§ 1^o As quantias que excederem o limite fixado no caput

deste artigo serão convertidas, a partir de 16 de setembro de 1991, em doze parcelas mensais iguais e sucessivas, segundo a paridade estabelecida no § 2º do art. 1º desta lei.

§ 2º As quantias mencionadas no parágrafo anterior serão atualizadas monetariamente pela variação do BTN Fiscal, verificada entre a data de vencimento do prazo original do título e a data do efetivo pagamento das parcelas referidas no dito parágrafo, acrescidas de juros de seis por cento ao ano ou fração pro rata.

Art. 7º -

§ 1º As quantias que excederem o limite fixado no caput deste artigo serão convertidas, a partir de 16 de setembro de 1991, em doze parcelas mensais iguais e sucessivas, segundo a paridade estabelecida no § 2º do art. 1º desta lei.

§ 2º As quantias mencionadas no parágrafo anterior serão atualizadas monetariamente pela variação do BTN fiscal, verificada entre a data de vencimento do prazo original do título e a data do efetivo pagamento das parcelas referidas no dito parágrafo, acrescidas de juros de seis por cento ao ano ou fração pro rata.

Art. 16. O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento fornecerá, às Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal e de Economia, Indústria e Comércio e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, todas as informações necessárias ao acompanhamento e avaliação do plano de estabilização definido pela Lei nº 8.024, de 1990, entre as quais a programação monetária, prevista e realizada, sua compatibilização com a política econômica e, mais especificamente, com a política fiscal, e relatórios sobre a liquidez, normas, instruções e liberações de depósitos em cruzados novos e sua conversão.

Art. 17. São isentos do imposto de Renda os rendimentos cujos beneficiários sejam pessoas físicas, entidades sem fins lucrativos e pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real:

I - creditados, a partir de 1º de junho de 1990, em contas de depósitos de poupança; e

II - produzidos, a partir de 19 de março de 1990, pelos cruzados novos não convertidos em cruzeiros, nos termos dos

arts: 5º, 6º e 7º da Lei nº 8.024, de 1990.

Parágrafo Único. No caso de pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, os rendimentos referidos neste artigo continuarão integrando a base de cálculo do imposto, no encerramento do período-base de apuração.

Art. 18. O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários será cobrado, à alíquota máxima de um e meio por cento por dia, sobre o valor das operações relativas a crédito e a títulos e valores mobiliários, limitado o imposto ao valor dos encargos ou do rendimento da operação.

§ 1º O Poder Executivo, em consonância com os objetivos de política monetária, estabelecerá alíquotas diferenciadas do imposto de que trata este artigo, em função do prazo e da natureza da operação.

§ 2º São excluídas da incidência do imposto de que trata este artigo as operações de aquisição de títulos e valores mobiliários realizadas pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º O imposto de que trata este artigo será excluído da base de cálculo do Imposto de Renda a que se refere o art. 47 da Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, incidente sobre o rendimento real da operação, no caso da incidência sobre títulos ou valores mobiliários.

§ 4º O imposto a que se refere este artigo não incidirá sobre as operações financeiras realizadas por órgãos de Direito Público da Administração Direta.

§ 5º O imposto de que trata este artigo, quando arrecadado dos órgãos referidos no parágrafo anterior, a partir de 2 de julho de 1990, será devolvido pelo Governo Federal através de seu agente arrecadador no prazo máximo de quarenta e cinco dias, atualizado monetariamente pela variação do valor do BTN Fiscal verificada entre a data do recolhimento do imposto e a data da efetiva devolução.

Art. 19. Todos os títulos, valores mobiliários e cambiais serão emitidos sempre sob a forma nominativa, sendo transmissíveis somente por endosso em preto.

§ 1º Revestir-se-ão de forma nominativa os títulos, valores

mobiliários e cambiais em circulação antes da vigência desta lei, quando, por qualquer motivo, reemitidos, repactuados, desdobrados ou agrupados.

§ 2º A emissão em desobediência à forma nominativa prevista neste artigo torna inexigível qualquer débito representado pelo título, valor mobiliário ou cambial irregular.

§ 3º A Comissão de Valores Mobiliários regulamentará o disposto neste artigo em relação aos valores mobiliários.

Art. 20. O Banco Central do Brasil fica autorizado a baixar normas complementares aos dispositivos desta lei.

Art. 21. São convalidados os atos praticados com base nas Medidas Provisórias nºs 189, de 30 de maio de 1990, 195, de 30 de junho de 1990, 200, de 27 de julho de 1990 e 212, de 29 de agosto de 1990.

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

(*) Em destaque as partes vetadas.

MENSAGEM Nº 228, DE 1990-CN

(Nº 802/90, na origem)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 14, de 1990 - CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais de Cr\$ 1.598.225.000,00, para os fins que especifica".

O dispositivo ora vetado, que considero contrário ao interesse público, é o art. 2º, do seguinte teor:

"Art. 2º - É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990), em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para atender à programação constante do Anexo II desta lei."

Esse crédito especial destina-se ao Núcleo da Propriedade

Industrial do Oeste Paranaense (Toledo e Cascavel)).

Para atender aos serviços de propriedade industrial nos Estados, o INPI mantém representações nas principais Capitais do País, inclusive Curitiba, com a finalidade de desenvolver ações de interiorização, articuladas com as Secretarias Estaduais de Indústria e Comércio, e com os Centros de Apoio à Pequena e Média Empresas.

Assim, não se justifica a criação do Núcleo proposto, a qual, ademais, implicaria despesas com aquisição, início de obras para construção ou ampliação, novas locações ou arrendamento de imóveis para a Administração Pública, contrariando o espírito da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional

Brasília, 8 de novembro de 1990. — Fernando Collor.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PROJETO DE LEI

Nº 14, DE 1990-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais de Cr\$ 1.598.225.000,00 para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990), em favor do Ministério da Justiça, o crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.596.725.000,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e seis milhões, setecentos e vinte e cinco mil cruzeiros) para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990), em favor do Ministério

da Justiça, crédito especial no valor de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para atender à programação constante do Anexo II desta lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados de outras fontes, na forma do Anexo III desta lei, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Os valores constantes desta lei foram calculados com base na Unidade de Referência Orçamentária relativa ao mês de março de 1990.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

(*) Em destaque as partes vetadas

-30000 - MINISTERIO DA JUSTICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
30204 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESTRELA	TOTAL	PESSOAL E DESPESAS	DIPOE E BAC DA CÍVICA	DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INTERESSE FINANCEIRO	INVESTIMENTOS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRAÇÃO GERAL		1 595 725	763 001		504 913	115 000			
11 007 0021 0022 CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS		1 483 845	712 352		644 000	1 430			
REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS		137 642			104 204	15 430			
CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMOVEIS					106 204	29 430			
11 007 0021 0022 0020 CONSERVAÇÃO DOS IMOVEIS DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI		137 642			106 204	29 430			
INFORMÁTICA									
11 007 0024 0016 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO GOV. FEDERAL O COMPUTADOR E O EQUIPAMENTO DE ANÁLISE E EFICIENTE O PROCESSAMENTO DE DADOS		149 402			107 856	2 550			
NECESSARIAS A VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FINIS DO SETOR		159 407			107 856	51 550			
11 007 0024 0012 MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		159 402			107 856	51 550			
11 007 0024 0028 MARCAS E PATENTES									
11 007 0024 0028 PROTEÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		1 172 812	712 382		428 927	30 483			
PROTEÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		1 172 812	712 382		428 927	30 483			
PROTEÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
11 007 0024 0028 0011 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		172 812	712 382		428 927	30 483			
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		172 812	712 382		428 927	30 483			
CIÊNCIA E TÉCNICA A		42 075	7 594		36 902	590			
11 007 0027 0015 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA									
11 007 0027 0015 COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS		6 465			6 465				
COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS									
COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS									
11 010 0037 0013 POLÍTICA NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL									
11 010 0037 0013 0013 POLÍTICA NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL		8 485			6 485				
SISTEMA DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS		12 386			4 816	7 570			
11 010 0037 0013 0013 0013 SISTEMA DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS									
11 010 0037 0013 0013 0013 0013 SISTEMA DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS		12 386			4 816	7 570			
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS									
11 010 0037 0013 0013 0013 0013 0013 SISTEMA DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS		14 274			14 274				
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		14 274			14 274				
11 010 0037 0013 0013 0013 0013 0013 0013 SISTEMA DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS		14 274			14 274				
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS									
11 010 0037 0013 0013 0013 0013 0013 0013 0013 SISTEMA DE INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS		14 274			14 274				
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS									

30030 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
30034 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

DESCRIÇÃO DE CADA UM DOS GRUPOS E SUBGRUPOS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	ALUG. E ENC. DA DIVISÃO	DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPREVISTOS FINANCEIROS	AMORTIZ. DE BENS E VALORES	OUTROS ENCARGOS
ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO									
MARKAS E PATENTES		7.436	4.214		5.21				
11 010 0374 2405		7.436	4.214		5.21				
DIFUSÃO DE INOVAÇÕES SOBRE A PROPRIEDADE INDUSTRIAL									
ORIENTAR JUNTAS EMPRESAS, CENTROS E ESTABE- LECIMENTOS DE PESQUISA, DESDE O INÍCIO DA FABRICAÇÃO EM GERAL, ATÉ A VARIANTE DE SISTEMA DE PROTEÇÃO DE PATENTES, INCLUSIVE APROPRIAÇÃO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PAÍS									
11 010 0374 2405 0301	FISCAL	2.896	2.145		550				
INFORMAÇÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL									
11 010 0374 2405 0307	FISCAL	4.74			4.741				
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS									
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		11.485	5.409		6.076				
11 010 0411 2140		11.485	5.409		6.076				
PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL									
COORDENAR E EXECUTAR PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O BRASIL E OUTROS PAÍSES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS									
11 010 0411 2140 0004	FISCAL	11.485	5.409		6.076				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR									
11 078 0185 2033		97.358	57.388						
CEQUE		725	725						
AUXÍLIO DO CEQUE		725	725						
ASSISTÊNCIA A EDUCAÇÃO SOB REGIME DE CEQUE AOS FILHOS DE SERVIDORES									
11 078 0185 2033 0001	FISCAL	725	725						
AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CEQUE									
11 078 0471 2274		48.314	48.314						
AUXÍLIO REFEIÇÃO									
11 078 0471 2274 0001	FISCAL	48.314	48.314						
CONCESSÃO DE AUXÍLIO REFEIÇÃO									
PROPORCIONAR AO TRABALHADOR EM SEU LOCAL DE TRABALHO, UMA DIETA PROTETOR-CAJONICA DIÁRIA CAPAZ DE LHE ASSEGURAR BOM ESTADO DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL									
11 078 0471 2274 0001	FISCAL	48.314	48.314						
VALE REFEIÇÃO									
11 078 0471 2274 0001	FISCAL	48.314	48.314						
VALE TRANSPORTE									
11 078 0471 2274 0001	FISCAL	48.314	48.314						
CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE									
PROPORCIONAR TRANSPORTE COLETIVO SUBSIDIADO AO TRABALHADOR									
11 078 0472 2110 0001	FISCAL	48.314	48.314						
AUXÍLIO VALE TRANSPORTE									
PREVIDÊNCIA									
11 082 0493 2013		5.646	5.646						
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS									
ASSISTÊNCIA A SUBSISTÊNCIA SECUNDÁRIA A QUE PATEM									

GRUPO 30030

CRÉDITO SUPLEMENTAR

30000 - MINISTERIO DA JUSTIÇA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
30204 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TRIBUTOS E TRANSFERÊNCIAS
CREDITO SUPERVENIENTE

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PERSONAL E ENC. SOCIAIS	MAT. E OUT. DA DIVISÃO	OUTROS DESP. COTRIBUÍVEIS	INVESTIMENTOS	INVEST. ES. FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTROS RECURSOS DE CAPITAL
JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
11 042 042 2012 0001 ENCARGOS COM INATIVOS	SECURIDADE	5 359	5 359						
11 042 042 2012 0002 ENCARGOS COM PENSIONISTAS	SECURIDADE	777	777						
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÙBLICO									
11 042 042 2012 0003 PREVIDENCIA SOCIAL A SERVIDORES		11 788			11 788				
11 042 042 2012 0004 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÙBLICO	FISCAL	11 788			11 788				
11 042 042 2012 0005 FINANCIAR NOS TERMOS QUE A LEI DISPÕE O PROGRAMA DE SECURIDADE E O APOIO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 3 DO ARTIGO 219 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	FISCAL	11 788			11 788				
TOTAL		1 596 725	783 001		694 717	119 007			
	FISCAL	1 591 039	777 315		694 717	119 007			
	SECURIDADE	5 686	5 686						
INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS									
CIENCIA E TECNOLOGIA									
11 010 0057 2406 INFORMAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA		1 500				1 500			
11 010 0057 2406 SISTEMA DE INFORMÁTICA E TECNOLÓGICAS		500				500			
11 010 0057 2406 MANUTENÇÃO À INDÚSTRIA NACIONAL E DOS SERVIÇOS DE PESQUISAS INFORMÁTICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A TENDÊNCIA DESSE DESENVOLVIMENTO		1 500				1 500			
11 010 0057 2406 0002 MANUTENÇÃO À INDÚSTRIA NACIONAL E DOS SERVIÇOS DE PESQUISAS INFORMÁTICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A TENDÊNCIA DESSE DESENVOLVIMENTO	FISCAL	1 500				1 500			
11 010 0057 2406 0002 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A TENDÊNCIA DESSE DESENVOLVIMENTO	FISCAL	1 500				1 500			
TOTAL FISCAL		1 500				1 500			
INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS									
CIENCIA E TECNOLOGIA									
11 010 0057 2406 INFORMAÇÃO CIENTIFICA E TECNOLÓGICA		1 500				1 500			
11 010 0057 2406 SISTEMA DE INFORMÁTICA E TECNOLÓGICAS		500				500			
11 010 0057 2406 MANUTENÇÃO À INDÚSTRIA NACIONAL E DOS SERVIÇOS DE PESQUISAS INFORMÁTICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A TENDÊNCIA DESSE DESENVOLVIMENTO		1 500				1 500			
11 010 0057 2406 0002 MANUTENÇÃO À INDÚSTRIA NACIONAL E DOS SERVIÇOS DE PESQUISAS INFORMÁTICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A TENDÊNCIA DESSE DESENVOLVIMENTO	FISCAL	1 500				1 500			
11 010 0057 2406 0002 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E A TENDÊNCIA DESSE DESENVOLVIMENTO	FISCAL	1 500				1 500			
TOTAL FISCAL		1 500				1 500			

QUADRO DEMONSTRATIVO DA RECEITA

ANEXO III

Anexo à Lei nº

30600 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30604 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

R\$ 1 600.00

R E C E I T A

RECURSOS DE TOMBAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO

LSP DESPESAMENTO

FUNTE

CATEGORIA
ECONOMIA

1000 00 00 RECEITAS CORRENTES

FIS 1 598 225
SEM 1 598 539
5 686

1300 00 00 RECEITA PATRIMONIAL

FIS 176 865

1320 00 00 RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS

FIS 176 865

1321 00 00 Juros de Títulos de Renda

FIS 176 865

1600 00 00 RECEITA DE SERVIÇOS

FIS 1 421 360
SDG 1 415 674
-5 686

1600 23 00 Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferências de Tecnologia

FIS 1 415 674

1600 23 00

Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferências de Tecnologia

SDG 5 686

T O T A L 1 598 225
FISCAL 1 598 539
SEGURIDADE 5 686

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, ficam assim constituídas as comissões mistas incumbidas de relatar os vetos:

MENSAGEM Nº 227, DE 1990-CN
(PLV/42/90)

Senadores

Mauro Benevides
Jutahy Magalhães
Afonso Sancho

Deputados

Fernando Coelho
Benito Gama
José Serra

MENSAGEM Nº 228, DE 1990-CN
(PLV/14/90-CN)

Senadores

João Calmon
Alexandre Costa
Pompeu de Sousa

Deputados

Manoel Moreira
João Alves
Saulo Queiroz

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as comissões mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 10 de dezembro próximo.

A convocação de sessão destinada à apreciação das matérias será feita após a publicação e distribuição de avisos contendo o texto dos projetos vetados, os pareceres das comissões que o apreciaram e os relatórios das comissões mistas ora designadas.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal se encerrará em 19 de fevereiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Sobre a mesa mensagem presidencial que será lida pelo Sr. 1º Secretário

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 233, DE 1990-CN
(Nº 818/90, na origem)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, com base no art. 42 do Regimento Comum (Resolução nº 1-CN, de 1970), a retirada das proposições encaminhadas ao Congresso Nacional com as Mensagens nºs 604 e 693, de 15 de agosto e 26 de setembro, respectivamente, ambas de 1990.

Brasília, 14 de novembro de 1990 — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — A Presidência defere a solicitação de retirada dos Projetos de Lei nºs 17 e 25, de 1990-CN.

As matérias vão ao Arquivo

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

As matérias constantes da Ordem do Dia ficam adiadas para a próxima sessão

São as seguintes as matérias adiadas:

I

MEDIDAS PROVISÓRIAS

— 1 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256,
DE 25 DE OUTUBRO DE 1990

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 256, de 25 de outubro de 1990, que dispõe sobre a garantia de Salário Efetivo e dá outras providências, tendo

PARECER, proferido em plenário pelo Deputado Tidei de Lima, pela apresentação de Projeto de Lei de Conversão nº 49, de 1990 (Mens. nº 219/90-CN.)

Prazo: 28/11/90

— 2 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250,
DE 19 DE OUTUBRO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 19 de outubro de 1990, que regula a locação predial urbana, e dá outras providências, tendo

PARECER, proferido em plenário pelo Deputado Ralph Biasi, pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº

51, de 1990, e pela rejeição das emendas. (Mens. nº 211/90-CN.)

Prazo: 21-11-90:

— 3 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251,
DE 24 DE OUTUBRO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 251, de 24 de outubro de 1990, que dispõe sobre as funções de confiança a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências.

— dependendo de parecer a ser proferido em plenário, (Mens. nº 214/90-CN.)

Prazo: 24-11-90

— 4 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 252,
DE 24 DE OUTUBRO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 252, de 25 de outubro de 1990, que transfere para o Banco Central do Brasil a responsabilidade pelo passivo em cruzados novos das instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, e dá outras providências,

— dependendo de parecer a ser proferido em plenário (Mens. nº 215/90-CN.)

Prazo: 24-11-90

— 5 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 253,
DE 24 DE OUTUBRO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 253, de 24 de outubro de 1990, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário no valor de Cr\$ 20.000.000 000,00 para os fins que especifica

— dependendo de parecer a ser proferido em Plenário. (Mens. nº 216/90-CN.)

Prazo: 24-11-90

— 6 —

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254,
DE 24 DE OUTUBRO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 254, de 24 de outubro de 1990, que altera disposições do Código de Processo Penal Militar e dá outras providências.

— dependendo de parecer a ser proferido em Plenário. (Mens. nº 217/90-CN.)

Prazo: 11-90

- 7 -

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 255,
DE 24 DE OUTUBRO DE 1990

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 255, de 24 de outubro de 1990, que transforma funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias em funções de Direção Intermediária e dá outras providências

- dependendo de parecer a ser proferido em Plenário. (Mens. nº 218/90-CN)

Prazo: 24-11-90

II

VETOS PRESIDENCIAIS

- 8 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 47, DE 1990

(Nº 2.570/89, na origem)

Continuação da votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1990 (nº 2.570/89, na origem), que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências (Mens. nº 151/90-CN).

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 9 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 1990

(Medida Provisória
nº 161, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.

PARTE VETADA:

Art. 4º (Mens. 68/90-CN)

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 10 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 28, DE 1990

(Medida Provisória
nº 154, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. (Mens. nº 69/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- § 1º do art. 3º

- art. 6º

- art. 11;

- art. 12; e

- art. 13;

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 11 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 1990

(Medida Provisória
nº 150, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. (Mens. nº 70/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- parágrafo único do art. 10;

- inciso V do art. 14;

- inciso VI do art. 14;

- inciso VII do art. 14;

- parágrafo único do art. 14;

- alínea f do inciso VIII do art. 19;

- parágrafo único do art. 23;

- § 8º do art. 40

- art. 49;

- § 1º do art. 49;

- § 2º do art. 49;

- art. 50;

- art. 51;

- § 1º do art. 51;

- § 2º do art. 51;

- art. 52;

- art. 53 e incisos;

- art. 54;

- art. 55; e

- art. 56;

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 12 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória
nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN)

PARTES VETADAS:

- § 1º do art. 1º;

- § 2º do art. 1º;

- § 3º do art. 1º;

- art. 3º;

- § 1º do art. 4º;

- art. 6º;

- parágrafo único do art. 6º;

- parágrafo único do art. 7º;

- alínea e do parágrafo único do art. 16;

- § 5º do art. 18;

- § 2º do art. 20;

- art. 25; e

- art. 26.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

-13-

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 16, DE 1990

(Medida Provisória
nº 158, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação e dá outras providências. (Mens. nº 72/90-CN.)

PARTES VETADAS:

- § 1º do art. 9º, e

- inciso III do art. 10.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 14 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 30, DE 1990

(Medidas Provisórias
Nºs 160 e 171, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. (Mens. nº 73/90-CN.)

PARTES VETADAS.

- art. 13;

- parágrafo único do art. 13.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 15 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 70, DE 1989

(Nº 6.094/85, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências (Mens. 84/90 - CN.)

Prazo: 19-8-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 16

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 75, DE 1982

(Nº 1.611/89, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Mens. nº 90/90-CN.)

Prazo: 19-8-90

- Incluído em Ordem do dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 17 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 46, DE 1985

(Nº 7.941/86, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985 (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações no Código Penal. (Mens. nº 92/90-CN.)

Prazo: 31-8-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 18 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 297, DE 1985

(Nº 8.604/86, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1986 - Código Nacional de Trânsito Mens. nº 93/90-CN.)

Prazo: 31-8-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 19 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 104, DE 1982

(Nº 7/87, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. (Mens. nº 94/90-CN.)

Prazo: 6-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 20 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 33, DE 1987

(Nº 1.417/88, na

Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economista Doméstico, regula seu funcionamento e dá outras providências. (Mens. nº 115/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Partes vetadas: inciso IX do art. 11.

inciso XIX do art. 11

inciso III do art. 29

art. 38

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 21 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 64, DE 1983

(Nº 1.003/79, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. (Mens. nº 116/90-CN.)

Prazo: 20-9-90**Parte vetada:** art. 5º

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 22 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 289, DE 1979

(Nº 7.938/86, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. (Mens. nº 117/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 23 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 1988

(Nº 3.589/89, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan (Mens. nº 119/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 24 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 36, DE 1982

(Nº 8.045/86, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a País estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores (Mens. nº 121/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 25 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 26, DE 1990

(Nº 3.158/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais de saúde (Mens. nº 122/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 26 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 1988

(Nº 1.419/88, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1988 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente

Físico, à cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências (Mens. nº 123/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

- Incluído em Ordem do dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 27 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 50, DE 1990

(Nº 5.405/90, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, e determina outras providências. (Mens. nº 126/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Partes vetadas: arts. 4º e 11.

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 28 -

PROJETO DE LEI Nº 5,
DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. (Mens. nº 128/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Partes vetadas:

- § 1º do art. 2º com o respectivo anexo

- § 2º do art. 2º

- § 2º do art. 6º

- § 3º do art. 6º

- art. 22

- alínea b do inciso I do art. 24

- alínea b do inciso II do art. 28

- alínea c do inciso II do art. 28

2º do art. 31

- § 4º do art. 31

- inciso V do art. 37

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 29 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 25, DE 1990

(Nº 2.036/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1990 (nº 2.036/89, na origem), que determina a indicação do prazo de prescrição nos títulos de créditos (cambiais) (Mens. nº 149/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

- Incluído em ordem do dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 30 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, instituir o plano de custeio e dá outras providências (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

- Incluído em ordem do dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 31 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 97, DE 1990

(Nº 3.683/89,
na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1990 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo

- Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista (Mens. nº 159/90-CN).

Partes Vetadas:

- §§ 1º e 2º do art. 5º;

- inciso IX do art. 6º;

- art. 11;

- art. 15;

- art. 16;

- item II do § 2º do art. 26;

- parágrafo único do art. 27;

- § 1ª do art. 28;
- § 4ª do art. 37;
- inciso X do art. 39;
- art. 45;
- inciso V e § 3ª do art. 51;
- § 3ª do art. 52;
- § 1ª do art. 53;
- § 5ª do art. 54;
- § 2ª do art. 55;
- §§ 2ª e 3ª do art. 60;
- art. 62;
- parágrafo único do art. 67;
- parágrafo único do art. 68;
- §§ 2ª e 3ª do art. 82;
- parágrafo único do art. 83;
- art. 85;
- art. 86;
- art. 89;
- parágrafo único do art. 92;
- art. 96;
- parágrafo único do art. 97;
- §§ 1ª e 2ª do art. 102;
- incisos X, XI e XII do art. 106;
- art. 108;
- art. 109.

Prazo: 8-11-90

- Incluído em ordem do dia de acordo com o § 6ª do art. 66 da Constituição.

- 32 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 1983

(Nº 7.677/86, na
Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1990 (nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências (Mens. nº 160/90-CN).

Prazo: 8-11-90

- Incluído em ordem do dia de acordo com o § 6ª do art. 66 da Constituição.

- 33 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências (Mens. nº 172/90-CN).

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6ª do art. 66 da Constituição

- 34 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 1990

(Nº 3.656/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1990 (nº 3.656/89, na origem), que dispõe sobre a extinção de recursos **ex officio** (Mens. nº 173/90-CN).

Prazo: 10-11-90

- Incluído em ordem do dia de acordo com o § 6ª do art. 66 da Constituição.

- 35 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 1990

(Nº 3.110/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1990 (nº 3.110/89, na origem), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Mens. 177/90-CN).

Partes Vedadas:

- art. 11;
- § 3ª do art. 26;
- incisos II e III do art. 27;
- art. 29;
- inciso I e §§ 4ª e 6ª do art. 32;
- §§ 2ª e 3ª do art. 33;
- §§ 3ª, 4ª e 5ª do art. 35;
- art. 39;

- §§ 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 7ª do art. 39;

- art. 40;
- art. 42;
- art. 44;
- art. 48;
- art. 49;
- art. 51; e
- art. 53;

Prazo: 10-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6ª do art. 66 da Constituição.

- 36 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 1986

(Nº 1.945/83, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 1.945/83, na origem), que inclui o fotógrafo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 (Mens. nº 178/90-CN).

Prazo: 9-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 1ª do art. 66 da Constituição

- 37 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 1990

(Nº 3.607/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/90, na origem), que dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

- Relatório, sob nº 9, de 1990-CN, da Comissão Mista (Mens. nº 186/90-CN).

Prazo: 17-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6ª do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiwa) - A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Iram Sarai-va) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 202, de 12 de agosto de 1990, que "Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, vinculados ao plano de equivalência salarial e dá outras providências", submetida à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República através da Mensagem nº 124, de 1990-CN (reedição da MPV 191/90).

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 1990

Aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, na Sala número quatro da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Jorge Bornhausen, Pompeu de Sousa, Lourival Baptista, Alberto Hoffmann, Antônio Luiz Maya e Deputados Alysson Paulinelli e Jonas Pinheiro, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional acima especificada. Deixam de comparecer por motivo justificado os demais membros. Por aclamação, foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputado Alysson Paulinelli e Senador Pompeu de Sousa. O Presidente eleito, Deputado Alysson Paulinelli, agradece, em nome do Senador Pompeu de Sousa e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o nobre Deputado Manoel Moreira para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 199, de 26 de julho de 1990, que "Dispõe sobre a garantia de salário efetivo e dá outras providências", submetida à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República através da Mensagem nº 112, de 1990-CN (reedição da MPV 193/90)

1ª REUNIÃO (instalação), REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 1990

Aos sete dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de número quatro, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reuniu-se a comissão mista acima especificada, presentes os Senhores Senadores: Humberto Lucena, Jutahy Magalhães, João Calmon e Affonso Camargo e Deputados Tidei de Lima, Horácio Ferraz, Francisco Küster, Victor Fontana e Antônio Carlos Mendes Thame. Deixaram de comparecer os demais membros da comissão. Havendo número regimental, e de acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assumiu a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jutahy Magalhães, que comunicou proceder-se-ia à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Por aclamação foram eleitos os Senhores Senadores: Hugo Napoleão e Affonso Camargo, para exercerem as respectivas funções. Na condição de Vice-Presidente eleito, o Sr. Senador Affonso Camargo designa para relatar a matéria o Sr. Deputado Tidei de Lima. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, deu como encerrados os trabalhos às 17 horas E, para constar, eu, Mauro Dantas, Secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir relatório sobre o veto parcial aposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1990, que "Estabelece a política nacional de salários, e dá outras providências", submetido à deliberação do Congresso Nacional através da Mensagem nº 118, de 1990-CN.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 1990

Aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa, às dezessete horas e quarenta minutos, na Sala número quatro da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Humberto Lucena, José Richa e Deputados Tidei de Lima, Moema São Thiago e Vladimir Palmeira, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional acima especificada. Deixa de comparecer, por motivo justificado o Senhor Senador João Lobo. Por aclamação, foram eleitos, respectivamente,

Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senador João Lobo e Deputada Moema São Thiago. A Vice-Presidente eleita, Deputada Moema São Thiago, agradece, em nome do Senador João Lobo e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Tidei de Lima para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente dá por encerrada a reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1990

Aos oito dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa, às dez horas, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Humberto Lucena, José Richa e Deputados Tidei de Lima, Moema São Thiago e Vladimir Palmeira, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional acima especificada. Deixa de comparecer, por motivo justificado o Senhor Senador João Lobo. A Senhora Deputada Moema São Thiago, Vice-Presidente da Comissão, dá início aos trabalhos, dando, em seguida, a palavra ao relator da matéria Deputado Tidei de Lima, que emite relatório à mensagem na forma apresentada. Posto em discussão e votação, é o relatório aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerra a reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 207, de 13 de agosto de 1990, que "Estabelece regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares e dá outras providências", submetida à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República através da Mensagem nº 133, de 1990-CN.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1990

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, presentes os Senhores

Congressistas Nabor Júnior, Mauro Benevides, Pompeu de Sousa, José Paulo Bisol, Antônio Luiz Maya, Ronaldo Aragão, Cid Sabóia de Carvalho, Chagas Rodrigues, Alberto Hoffmann, Francisco Dornelles, Cândido Mendes, Rita Camata e José Queiroz, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional acima especificada. Deixam de comparecer, por motivo justificado os demais membros. Por aclamação, foram eleitos, respectivamente, os Senhores Deputados Francisco Dornelles e Senador Mauro Benevides. O Presidente eleito, Deputado Francisco Dornelles, agradece, em nome do Senador Mauro Benevides e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Cândido Mendes, para relatar a matéria. Ato contínuo, o Senhor Relator Deputado Cândido Mendes apresentou parecer favorável à admissibilidade da matéria que, posto em discussão e votação pelo Senhor Presidente, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião e, para constar eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 205, de 7 de agosto de 1990, que "Dispõe sobre o controle prévio das exportações e importações de açúcar, álcool, mel rico ou mel residual (melaço)", submetida à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República através da Mensagem nº 129, de 1990-CN.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1990

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa, às dez horas e trinta minutos, na Sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Gilberto Miranda, Mauro Benevides, Lourival Baptista, João Lyra, Luiz Vianna Neto, Afonso Sancho e Pompeu de Sousa e Deputados Marcos Queiroz, Gilson Machado e Harlan Gadelha. Havendo número regimental, e de acordo com o que preceitua o regimento comum, assumiu a presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lourival Baptista, que informou dos objetivos da reunião e que far-se-ia a eleição do

Presidente e do Vice-Presidente. Por aclamação foram eleitos, para exercerem as respectivas funções, os congressistas Gilson Machado e Mauro Benevides. Assumindo seu lugar à Mesa, o Deputado Gilson Machado, presidente eleito, declarou instalada a comissão ao mesmo tempo em que agradeceu, em seu nome próprio e no do Senador Mauro Benevides a honra com que foram distinguidos e designou, para relatar a matéria, o Deputado Marcos Queiroz. Ato contínuo, passou a palavra ao relator que, informando ter a medida provisória em pauta recebido duas emendas, optara em acatar, em parte, a de número um e rejeitar a outra. Comunicou ainda que, uma vez a admissibilidade da matéria fora proferida e aprovada em plenário, apresentava o parecer sobre a constitucionalidade e mérito da medida para apreciação de seus pares, sendo que o mesmo, por força da resolução número um, de 1989, tinha a forma de um projeto de lei de conversão. Apreciado o parecer pelos congressistas presentes à reunião, e não havendo quem dele discordasse, o Senhor Presidente colocou o mesmo em votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu como encerrada a reunião às onze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação no Diário do Congresso Nacional.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 241, de 9 de outubro de 1990, que "Dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990", submetida à deliberação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República através da mensagem nº 188, de 1990-CN,

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1990

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa, às dezesseis horas, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Senadores Mansueto de Lacerda, Nabor Júnior, Hydesel Freitas, João Nascimento, José Paulo Bisol, Meira Filho, Afonso

Sancho, Mauro Borges e o Senhor Deputado Simão Sessim, havendo número regimental, e de acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assumiu a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Nabor Júnior, que comunicou proceder-se-ia à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Por aclamação foram eleitos os Congressistas Hydesel Freitas e José Paulo Bisol para exercerem as respectivas funções. Na condição de Presidente eleito, o Senador Hydesel Freitas declarou instalada a Comissão e, agradecendo em seu nome próprio e no do Senador José Paulo Bisol a honra com que foram distinguidos, designou para relatar a matéria o Senhor Senador Mansueto de Lacerda. Ato contínuo passou a palavra ao Senhor relator que, declarando ter em seu poder o parecer sobre o mérito da medida provisória em pauta, apresentou o seu parecer favorável, que posto em discussão e votação pelo Senhor Presidente, e aprovado por unanimidade colhidas as assinaturas dos presentes no parecer e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrados os trabalhos às 16.30 horas. E, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir relatório sobre o veto parcial apostado pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Casa de Origem), que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", submetido à deliberação do Congresso Nacional através da Mensagem nº 159/90 - CN.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1990

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa, às dez horas, na sala número quatro da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Afonso Sancho, Márcio Berezowski, Joaci Góes e Michel Temer. Consolidado o quorum regimental exigido, assumiu eventualmente a presidência o Senador Afonso Sancho que, informando dos objetivos da reunião, comunicou proceder-se-ia uma eleição

para preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-

Presidente da Comissão. Por aclamação foram eleitos os congressistas Afonso Sancho e Michel Temer para exercerem as respectivas funções. Presidente eleito, o Senador Afonso Sancho, após agradecer em seu nome próprio e no do Deputado Michel Temer a honra com que foram distinguidos, convidou o Vice-Presidente para ocupar seu lugar à Mesa. Ato contínuo, designou o Deputado Joaci Góes para relatar a matéria. Convidado à mesa, o relator informou ter em mãos o relatório referente ao veto aposto ao Projeto de Lei do Senado número 37/89, fez leitura do mesmo e encerrou suas palavras colocando-se à disposição dos demais membros da Comissão para quaisquer esclarecimentos. Retomando a palavra, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o relatório que foi aprovado, por unanimidade, na forma apresentada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Secretário da Comissão lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação no Diário do Congresso Nacional.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir relatório sobre o veto total aposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/89, na Casa de origem), que "dispõe sobre a criação da carreira de delegado de polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da carreira policial civil do Distrito Federal, e dá outras providências, submetido à deliberação do Congresso Nacional através da mensagem nº 186/90-CN.

1ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 7 DE NOVEMBRO DE 1990

Aos sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa, às dezessete horas, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os senhores congressistas Senadores Mauro Benevides, Odacir Soares e Chagas Rodrigues e Deputados Geraldo Campos e Arnaldo Prieto. Consolidado o quorum regimental, assumiu a presidência, eventualmente, o Senador Chagas Rodrigues, que comunicou sobre os objetivos da reunião e convidou os presentes para que se manifestassem,

pelo voto, para a formação da Mesa. Por aclamação foram eleitos os Senhores Congressistas Arnaldo Prieto e Chagas Rodrigues para exercerem, respectivamente, as funções de Presidente e Vice-Presidente. Convidado à mesa, o Presidente eleito, Deputado Arnaldo Prieto, agradeceu em seu nome próprio e no do Senador Chagas Rodrigues a honra com que foram distinguidos, mesma oportunidade em que designou, para relatar a matéria, o Senador Mauro Benevides. Tomando a palavra, o Senador Mauro Benevides fez saber a seus pares ter em mãos seu relatório sobre a matéria objeto de exame. Com a anuência dos Senhores Presidente, Vice-Presidente e demais Membros da Comissão, fez leitura do relatório tecendo as considerações julgadas necessárias. Após encerramento da explanação do Relator, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o relatório que, por unanimidade, foi aprovado na forma apresentada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação no Diário do Congresso Nacional.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728.
na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação
de Atendimento ao Usuário.**

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

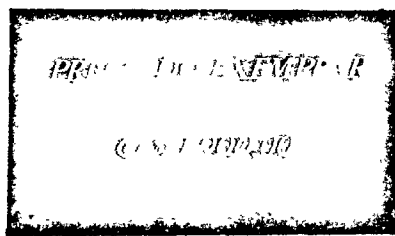
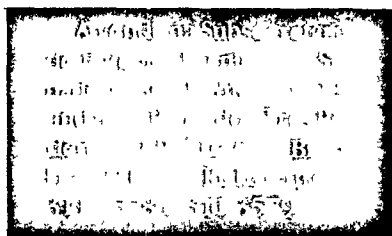
(Outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

Direito, Estado e Estado de Direito — *Inocêncio Mártires Coelho*
As eleições de 1990 — *Ministro Sydney Sanches*
A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*
A reforma monetária e a retenção dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988. uma introdução — *Silvio Dobrowolski*
O mandado de injunção, os direitos sociais e a justiça constitucional — *Paulo Lopo Saraiva*
Norma constitucional e eficácia (ângulos trabalhistas) — *Paulo Emilio Ribeiro de Villena*
Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas — *Odete Medauar*
Meio ambiente e proteção penal — *René Ariel Dotti*
A Constituição Federal de 1988 e as infrações penais militares — *Álvaro Lazzarini*
Administração na Constituição — *Sebastião Baptista Affonso*
Servidores públicos — regime único — *Eurípedes Carvalho Pimenta*
Da exigibilidade de limites de idade e da eleição de critérios de desempate fundados em idade em concurso público de provas ou de provas

e títulos para preenchimento de cargo ou emprego público — *José Leone Cordeiro Leite*
Princípios básicos da administração pública — *Jarbas Maranhão*
Auto-regulação e mercado de opções — *Arnold Wald*
Os contratos de adesão e o sancionamento de cláusulas abusivas — *Carlos Alberto Bittar*
A carta e o crime — *N. P. Teixeira dos Santos*
O direito da personalidade como direito natural geral. Corrente naturalista clássica — *Iduna E. Weinert*
Pesquisas em seres humanos — *Antonio Chaves*
Prolegômenos para la reflexión penal-criminológica sobre el derecho a culminar la vida con dignidad (la eutanasia) — *Antonio Beristain*
Kirchmann e a negação do caráter científico da ciência do direito — *Elza Roxane Álvares Saldanha*
As chamadas prescrições "negativa" e "positiva" no Direito Civil Brasileiro e Português, semelhanças e diferenças — *Luiz R. Nunes Padilha*
A constitucionalização da autonomia universitária — *Edivaldo M. Boaventura*
Um projeto de desenvolvimento sócio-econômico integrado para a região oeste do Paraná — *Rossini Corrêa e Nelson Friedrich*
PUBLICAÇÕES
— Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas



Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

PUBLICAÇÕES À VENDA

CÓDIGO CIVIL — Anteprojetos

Volume 1 — Anteprojeto de Código das Obrigações — Parte Geral — *Orosimbo Nonato*
— *Philadelpho Azevedo* — *Hahnemann Guimarães*

— Anteprojeto de Lei Geral de Aplicação das Normas Jurídicas — *Haroldo Valladão*

Volume 2 — Anteprojeto de Código Civil — *Orlando Gomes*

Anteprojeto de Código Civil — revisto

Volume 3 — Anteprojeto de Código de Obrigações — *Caio Mário da Silva Pereira* —
Sylvio Marcondes — *Theophilo de Azeredo Santos*

Volume 4 — Projetos do Governo Castello Branco:

— Projeto de Código Civil (PL nº 3263/65)

— Projeto de Código de Obrigações (PL nº 3264/65)

Volume 5

Tomo 1 — Anteprojeto de Código Civil — *Miguel Reale* — *José Carlos Moreira Alves*
— *Agostinho de Arruda Alvim* — *Sylvio Marcondes* — *Ebert Vianna Chamoun*
— *Clóvis do Couto e Silva* — *Torquato Castro*

Tomo 2 — Anteprojeto de Código Civil — revisto — *Miguel Reale* — *José Carlos Moreira Alves*
— *Agostinho de Arruda Alvim* — *Sylvio Marcondes* — *Ebert Vianna Chamoun*
— *Clóvis do Couto e Silva* — *Torquato Castro*

— índice temático comparativo (volumes 1 a 5)

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar
— Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS